

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 198/2025
Data: 18/12/2025

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
CONSÓRCIOS VÃO CONSTRUIR EM SANTOS E GUARUJÁ CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS POR R\$ 477,9 MILHÕES PARA O LITORAL DE SÃO PAULO	4
CONCESSÃO DE CANAL DO PORTO DE SANTOS TEM ANÁLISE ADIADA PELA ANTAQ; ENTENDA.....	5
EMPRESA DO PORTO DE SANTOS É CONDENADA A PAGAR INDENIZAÇÃO DE R\$ 2 MILHÕES POR MORTE DE FUNCIONÁRIO SOTERRADO POR CARGA	5
TECON SANTOS 10: GOVERNO FEDERAL MANDA INCLUIR RESTRIÇÕES NO EDITAL DO LEILÃO DE MEGATERMINAL	7
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	8
PERNAMBUCO ARRECADE R\$ 6,5 BILHÕES. EM LEILÃO DA COMPESA COM ÁGIO RECORDE NO SERTÃO	8
TERMINAIS DE NATAL E DO RECIFE ENTRAM NO 1º BLOCO DE LEILÕES PORTUÁRIOS DE 2026	9
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	11
MPOR E ANTAQ FARÃO EM FEVEREIRO PRIMEIRO BLOCO DE LEILÕES PORTUÁRIOS DE 2026	11
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	12
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS, ANAC, ABEAR E ABR INTENSIFICAM AÇÕES NOS AEROPORTOS PARA GARANTIR O BOM FUNCIONAMENTO DURANTE O PERÍODO DE FESTAS	12
GOVERNO FEDERAL APRESENTA AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA 2050	13
MPOR AMPLIA INCLUSÃO COM SALA MULTISENSORIAL EM VIRACOPOS.....	14
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	15
DETRANS DE TODAS AS REGIÕES DO PAÍS JÁ OPERAM MODELO DA CNH DO BRASIL	15
PRESIDENTE LULA E RENAN FILHO ENTREGAM NOVA PONTE QUE LIGA BRASIL E PARAGUAI NESTA SEXTA (19)	16
BE NEWS – BRASIL EXPORT	17
EDITORIAL –EDITORIAL -EM DEFESA DO REPORTO E DO REIDI	17
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - O PAPEL ESTRATÉGICO DO PÚBLICO INTERNO NA CONTENÇÃO DE CRISES.....	18
NACIONAL - HUB – CURTAS - MOTA-ENGIL NEGOCIA COMPRA DA BAMIN E ATIVOS NA BAHIA	19
<i>Bamin em negociação.....</i>	19
<i>Obras repactuadas.....</i>	19
<i>Solução chinesa</i>	20
<i>Pedido de investigação</i>	20
<i>Novos apagões</i>	20
LULA COBRA “NARRATIVA CORRETA” DO GOVERNO ÀS VÉSPERAS DO ANO ELEITORAL	20
PRESIDENTE MINIMIZA DEBATE FISCAL E COBRA AGENDA PARA PRÓXIMO CICLO DO PAÍS	21
UNIÃO BRASIL PEDE A VAGA E SABINO DEIXA O MINISTÉRIO DO TURISMO	22
SENADO APROVA PROJETO DA DOSIMETRIA POR 48 VOTOS A 25	23
FLÁVIO BOLSONARO CITA BUKELE EM ALMOÇO COM EMPRESÁRIOS E VAI A ENCONTRO COM PABLO MARÇAL	25
CÂMARA APROVA REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS; PROJETO VAI AO SENADO	27
ALESP APROVA PROJETO QUE ISENTA DE IPVA DE MOTOS DE ATÉ 180 CILINDRADAS	28
ENTIDADES DO SETOR PORTUÁRIO VÃO AO SENADO PEDIR MUDANÇAS EM PLP SOBRE BENEFÍCIOS	29
PORTOS DO PARANÁ ASSEGURA R\$ 5,1 BILHÕES APÓS NOVE LEILÕES E PLANEJA OBRAS.....	30
GOVERNO FEDERAL LEILOARÁ QUATRO TERMINAIS PORTUÁRIOS POR R\$ 229 MILHÕES.....	31
APS RECEBE PROPOSTAS ÚNICAS PARA DOIS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS	32
DECISÃO SOBRE AUDIÊNCIAS PARA CONCESSÃO DO CANAL DO PORTO SÓ EM 2026 FORTE EM SP	33
MP CRIA LINHA DE ATÉ R\$ 6 BILHÕES PARA RENOVAÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES	34
PESQUISA DA CNT INDICA MELHORA NO ESTADO DAS RODOVIAS BRASILEIRAS EM 2025	35
MÁ QUALIDADE DO PAVIMENTO ELEVA CUSTOS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO, APONTA CNT.....	37
TRANSNORDESTINA INICIA TESTES OPERACIONAIS EM TRECHO ENTRE PIAUÍ E CEARÁ	37
GOVERNO VAI INVESTIR EM TRENS E VLTs NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	39
CNI PEDE À JUSTIÇA DO PARÁ INGRESSO EM AÇÃO SOBRE LEILÃO DA MARGEM EQUATORIAL	40
JORNAL O GLOBO – RJ.....	41
MASTER: OS RECADOS DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL AO MINISTRO DIAS TOFFOLI	41
LULA DIZ QUE NÃO QUER DISCUTIR FISCAL, MAS AJUSTE NAS CONTAS PÚBLICAS É INEVITÁVEL EM 2026.....	42
PRESIDENTE DO BC DISSE QUE O COPOM NÃO DEU "SETAS" PARA OS PRÓXIMOS PASSOS PORQUE DECISÕES AINDA NÃO FORAM TOMADAS E DEPENDE DA EVOLUÇÃO DOS DADOS.....	43
AGRICULTORES PROTESTAM EM BRUXELAS CONTRA ACORDO UE-MERCOSUL; VEJA VÍDEO	44



COMO DEVE FICAR NOVA FORMAÇÃO DA EQUIPE ECONÔMICA COM A POSSÍVEL SAÍDA DE FERNANDO HADDAD	46
CORREIOS: CONSELHO DA ESTATAL APROVA EMPRÉSTIMO DE R\$ 12 BI. VEJA O QUE AINDA FALTA PARA O SOCORRO FINANCIERO.....	47
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	49
CONSÓRIO BRK/ACCIONA E PATRIA VENCEM LEILÃO DE SANEAMENTO EM PE; ARRECADAÇÃO CHEGA A R\$ 4,2 BI	49
ENQUANTO FOR PRESIDENTE, NÃO TEM PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS, DIZ LULA	51
EXPORTAÇÕES DO BRASIL A SÓCIOS DO MERCOSUL SOMAM US\$ 23,8 BI EM 11 MESES, ALTA DE 30%	52
SALDO DE TRANSAÇÕES DO BRASIL COM O EXTERIOR TENDE A SER O MAIS NEGATIVO DESDE 2014, PROJETA BC	52
GOVERNO PROPÕE PROJETO PARA MEXER EM ORÇAMENTO, ONGs E ESTATAIS E CRIAR MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO	54
SENADO APROVA REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E MAIOR TRIBUTAÇÃO DE BETS E FINTECHS; VEJA O QUE MUDA	56
TRECHO 1 DO RODOANEL NORTE SERÁ ABERTO DIA 23 JÁ COM COBRANÇA DE PEDÁGIO FREE FLOW	58
VALOR ECONÔMICO (SP).....	60
VENEZUELA AUTORIZA PARTIDA DE NAVIOS SUPERPETROLEIROS À CHINA, DIZEM FONTES	60
EUA IMPÔEM SANÇÕES A 29 EMBARCAÇÕES ACUSADAS DE TRANSPORTAR PETRÓLEO IRANIANO	60
PRIVATIZAÇÃO DA COPASA ESTÁ PREVISTA PARA MARÇO DE 2026, SEGUNDO FONTES.....	61
STF: MINISTRO HOMOLOGA ACORDO BILIONÁRIO ENTRE BNDES, AÇOPART E MASSA FALIDA DA COFAVI.....	63
PORTAL PORTOS E NAVIOS	63
PORTOS DA REGIÃO NORTE MOVIMENTAM 12,6 MILHÕES DE TONELADAS EM OUTUBRO, ALTA ACIMA DE 30%.....	63
CDFMM PRIORIZA R\$ 3,8 BILHÕES PARA 25 NOVOS PROJETOS	64
TCP MOVIMENTA COMPONENTES DE GRANDES PROPORÇÕES PARA FÁBRICA DE CELULOSE	65
PARANAGUÁ INVESTE R\$ 12 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS PARA ELIMINAR PARTÍCULAS AÉREAS	65
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	66
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	66



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CONSÓRCIOS VÃO CONSTRUIR EM SANTOS E GUARUJÁ CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS POR R\$ 477,9 MILHÕES PARA O LITORAL DE SÃO PAULO

Llicitação foi realizada nesta quarta-feira (17); projetos preveem 877 vagas para caminhões
Por Ted Sartori 18 de dezembro de 2025



Terreno de Santos, que fica na Avenida Augusto Barata, terá condomínio erguido pelo Consórcio Portlog (Alexander Ferraz/AT)

O Consórcio Portlog e o Consórcio Marlog-Petasalis Logística foram os vencedores da licitação para a implantação de dois condomínios logísticos na área do cais santista, respectivamente, em Santos e Guarujá. A sessão pública foi realizada nesta quarta-feira (17), na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS).

O certame da área santista ainda é alvo de ação judicial pela Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec), que pediu a anulação do edital, questionando a cessão do terreno para essa atividade.

Com pátios reguladores, os complexos oferecerão 877 vagas de estacionamento para caminhões, que deverão estar disponíveis a partir de 2029. Os dois contratos somam R\$ 477,9 milhões em investimentos e a cessão das áreas será por 20 anos.

Para o espaço de Santos, o Consórcio Portlog ofereceu R\$ 289 mil de contraprestação fixa mensal. A área de Guarujá recebeu proposta de R\$ 165 mil mensais do Consórcio Marlog-Petasalis Logística. As duas cessões incluem as construções necessárias para a implantação dos condomínios.

Os proponentes terão seus documentos de habilitação verificados e, caso estejam regulares, serão feitas as convocações para assinatura dos contratos.

Os dois consórcios foram os únicos a fazer ofertas pelas respectivas áreas. Duas concorrentes — uma em cada espaço — foram inabilitadas por não comprovarem experiência prévia na implantação e operação de centro logístico: o Consórcio TPT Margem Direita, na de Santos, e o Consórcio CBlog Margem Esquerda, na de Guarujá.

A área na Margem Direita do Porto tem 242 mil metros quadrados (m²) e fica na Avenida Augusto Barata, entre os bairros Alemao e Saboó, em Santos. O local comportará condomínio logístico com pátio regulador para caminhões, serviços e espaços para refeição e descanso de motoristas.

O estacionamento terá 460 vagas e controle de entrada e saída de caminhões. Já a área de serviços de apoio logístico será voltada para carga e contêineres. O investimento é de R\$ 282,5 milhões.

A outra área, de 163,1 mil m², está no bairro Conceiçãozinha, no Distrito de Vicente de Carvalho, em Guarujá, na Margem Esquerda. O complexo abrigará pátio regulador com 417 vagas para caminhões, área de serviços de apoio logístico e um espaço para armazéns cobertos. Será o primeiro condomínio logístico da Cidade, de acordo com a APS. O cessionário terá que investir R\$ 195,4 milhões.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/12/2025

CONCESSÃO DE CANAL DO PORTO DE SANTOS TEM ANÁLISE ADIADA PELA ANTAQ; ENTENDA

Diretora retira processo de pauta e decisão sobre consulta pública fica para 2026

Por Maurício Martins 18 de dezembro de 2025



Concessão do canal aquaviário do cais santista: abertura de consulta e audiência públicas ficará para 2026 (Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo)

A deliberação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) sobre a abertura de consulta e audiência públicas para a concessão do canal de acesso do Porto de Santos, cujo resultado sairia nesta quarta-feira (17), foi retirada de pauta pela diretora Flávia Takafashi. Relatora do processo, ela decidiu analisar melhor as recomendações da área técnica de licitações da agência antes de tomar uma decisão. Com isso, a apreciação do tema ficará para 2026.

A abertura da consulta pública é uma etapa regulatória considerada essencial para que o modelo de concessão do canal aquaviário possa ser debatido com o mercado, usuários do porto e a sociedade. As contribuições recebidas nessa fase subsidiam os ajustes finais do projeto antes do encaminhamento ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para o lançamento do edital. A expectativa do Governo Federal era avançar com essa etapa ainda em 2025.

A proposta é diferenciar do modelo adotado no Porto de Paranaguá, no Paraná, cuja concessão foi realizada em outubro e homologada no último dia 4 pelo MPor, tornando-se o primeiro canal de acesso do País repassado à iniciativa privada. O contrato de Paranaguá deve ser assinado em janeiro.

A concessão do canal de acesso do Porto de Santos prevê que uma empresa ou consórcio assuma, por um prazo estimado de 25 anos ou mais, as responsabilidades pela dragagem de aprofundamento gradual do canal, atualmente com 15 metros, até 17 metros, além da manutenção permanente da profundidade. O investimento estimado supera R\$ 6 bilhões.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/12/2025

EMPRESA DO PORTO DE SANTOS É CONDENADA A PAGAR INDENIZAÇÃO DE R\$ 2 MILHÕES POR MORTE DE FUNCIONÁRIO SOTERRADO POR CARGA

O terminal ainda terá obrigação de promover treinamentos de segurança para os funcionários, sob pena de multa de R\$ 500 mil por cada descumprimento; ainda cabe recurso

Por Bárbara Farias 18 de dezembro de 2025



Em 25 de agosto de 2020, um funcionário do T-39, que fica no bairro Estuário, em Santos, morreu após ser soterrado por uma barreira de farelo de soja (Alexander Ferraz/ AT)

O Terminal XXXIX (T-39), no Porto de Santos, sofreu nova derrota na Justiça em ação pela morte de um trabalhador, que foi soterrado por farelo de soja em 2020. O Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) manteve a condenação da empresa ao pagamento de R\$ 2 milhões

por danos morais coletivos, além da obrigação de promover treinamentos de segurança para os funcionários, sob pena de multa de R\$ 500 mil por cada descumprimento.

A decisão confirma sentença proferida pela 1ª Vara do Trabalho de Santos há um ano. Ainda cabe recurso ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) e a defesa informou que avalia as próximas medidas.

O caso

Em 25 de agosto de 2020, o funcionário Júlio César dos Santos morreu após ser soterrado por uma barreira de farelo de soja que desmoronou de uma altura superior a seis metros, enquanto ele operava uma escavadeira.

Por causa do acidente, o Ministério Público do Trabalho (MPT) entrou com uma ação civil pública na 1ª Vara do Trabalho de Santos, requerendo indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 4 milhões, alegando degradação do meio ambiente de trabalho, além do encerramento das atividades da empresa e a cassação do credenciamento de operador portuário.

A sentença, em primeira instância, foi em 9 de dezembro de 2024. A juíza titular da 1ª Vara do Trabalho de Santos, Renata Simões Loureiro Ferreira, atendeu parcialmente aos pedidos do MPT, sentenciando o Terminal XXXIX, que fica no Estuário, a pagar indenização de R\$ 2 milhões por danos morais coletivos, a ser revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A empresa também foi obrigada a realizar treinamentos de segurança junto aos funcionários, mediante comprovação, sob pena de multa de R\$ 500 mil por evento descumprido.

A juíza-relatora da 12ª Turma do TRT da 2ª Região, Soraya Galassi Lambert, manteve integralmente a sentença de primeiro grau. A magistrada levou em conta o acidente fatal e as alegações do MPT nos autos de que a companhia portuária “descumpriu normas de saúde e segurança de forma contínua”. Mas, assim como sua colega, também ponderou que a suspensão completa das atividades, solicitada pelo autor da ação, afetaria negativamente os demais empregados.

De acordo com Soraya Lambert, o aperfeiçoamento da segurança e a mitigação de riscos de acidente fatal no ambiente de trabalho podem ser proporcionados com “campanhas de prevenção de acidentes, planos de emergência para eventuais sinistros e simulados de operações de resgate em casos de soterramento”, acrescentando que “a solução adotada pelo juízo de origem é adequada, pois contempla a proteção à saúde e segurança dos trabalhadores sem impedir o desenvolvimento da atividade econômica”.

Decisão é equivocada, afirma defesa

A advogada Danielle Nascimento Bredariol Campos, sócia da Advocacia Ruy de Mello Miller (RMM), que representa a empresa portuária, afirma que a defesa avalia que a decisão foi equivocada em relação à imposição de danos morais coletivos, uma vez que o caso envolveu apenas um trabalhador. “Um fato isolado em 25 anos de operação”.

Danielle Campos ressaltou ainda que a determinação de comprovação da participação dos funcionários nos treinamentos e eventos de segurança, sob pena de multa de R\$ 500 mil por evento descumprido, será contestada porque “não houve pedido (do MPT) nesse sentido”.

A defesa salientou ainda que após o incidente, a empresa promoveu uma sensível revisão dos processos operacionais com o intuito de garantir e reforçar a segurança e saúde de todos que no terminal e armazéns.

“Investiu em treinamentos, equipamentos automatizados e com novas tecnologias, encomendou estudos, reformulou procedimentos e programas. A empresa foi até mesmo além do que determina a legislação correlata, a ponto de se tornar referência em seu nicho econômico – processo que, diga-se, segue em constante avanço”.

Quanto a recorrer da decisão, a advogada disse que em um primeiro momento se avalia “a necessidade de oposição de embargos de declaração e, após, recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho (TST)”.

A advogada explicou ainda que embargo de declaração é uma medida direcionada à juíza relatora e tem como finalidade tornar a decisão clara, completa e coerente em relação ao pedido e tese jurídica. Já o recurso de revista é interposto ao TST abordando questões de Direito.

“A empresa pretende, através do debate do jurídico, o reconhecimento dos esforços que promoveu para a manutenção do cenário absolutamente diverso do que o retratado pelo Ministério Público do Trabalho”, concluiu.

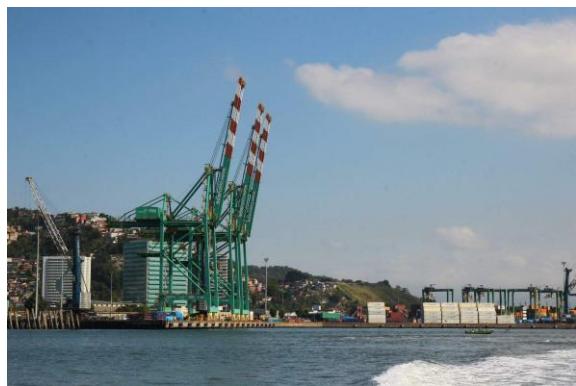
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 18/12/2025

TECON SANTOS 10: GOVERNO FEDERAL MANDA INCLUIR RESTRIÇÕES NO EDITAL DO LEILÃO DE MEGATERMINAL

Medidas foram tomadas para garantir maior segurança jurídica ao processo, com leilão previsto para 2026, diz ministério

Por Maurício Martins 17 de dezembro de 2025



Tecon Santos 10 ocupará área de 621,9 mil metros quadrados no Saboó, espaço que há anos é alvo de disputas e pressões de empresas (Vanessa Rodrigues/AT/Arquivo)

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) informou nesta terça-feira (16) que encaminhou à estatal Infra S.A. o projeto remodelado do edital de arrendamento do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos. A Infra fará os ajustes necessários no documento para atender às determinações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conforme A Tribuna já havia antecipado, o MPor acolheu todas as recomendações definidas pela Corte de Contas no último dia 8. A principal delas é que o leilão seja feito em duas etapas, com restrições à participação de empresas na primeira, como queria a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

O TCU, porém, foi além da Antaq e vetou na fase inicial não somente empresas que já possuem terminais em Santos, mas todas as armadoras (companhias donas das frotas de navios). A segunda etapa só ocorreria caso a primeira fosse deserta, uma chance praticamente nula.

A medida impede que gigantes mundiais da navegação participem, como a dinamarquesa Maersk, a suíça MSC, a francesa CMA CGM e a estatal chinesa Cosco. Por outro lado, beneficia, com menos concorrência, empresas como a filipina ICTSI e a brasileira JBS Terminais. Há expectativa de judicialização do processo.

Além das restrições, o TCU pediu ao Governo que estipule outorga mínima no edital (quantia que a empresa vencedora precisará pagar à Autoridade Portuária de Santos). “Valor e premissas serão definidos em conjunto pela equipe do MPor e da Antaq”, ressalta a pasta.

O TCU também determinou como investimento obrigatório a construção de pátio ferroviário interno com capacidade mínima de escoamento de 900 TEU (unidade de medida padrão de um contêiner de 20 pés) por dia, obra considerada essencial para a conectividade logística do Tecon Santos 10 e para a integração multimodal futura do Porto de Santos.

Prioridade

O MPor prevê que o edital do Tecon Santos 10 seja publicado até o final de janeiro. A pasta afirma que "solicitou prioridade" à Infra S.A. para que seja possível realizar o leilão em março de 2026.

"As recomendações do TCU reforçam a segurança jurídica do processo, reduzindo os riscos de concentração de mercado", diz o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Detalhes

O novo megaterminal de contêineres de Santos exigirá investimentos de R\$ 6,4 bilhões e deve ampliar em 50% a movimentação de contêineres do Porto. Com o Tecon Santos 10, a capacidade anual vai chegar a 9 milhões de contêineres e 91 mil toneladas de carga geral, afirma o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor).

Pelo projeto, serão construídos quatro berços de atracação de navios para embarque e desembarque. Pelos critérios, vencerá o leilão quem apresentar o maior valor de outorga e a concessão será pelo prazo de 25 anos.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 18/12/2025



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

PERNAMBUCO ARRECADA R\$ 6,5 BILHÕES. EM LEILÃO DA COMPESA COM ÁGIO RECORDE NO SERTÃO



O resultado financeiro superou as metas do governo, impulsionado por uma disputa acirrada que garantiu lances muito acima dos valores mínimos exigidos Foto: Reprodução

O leilão parcial de saneamento de Pernambuco, realizado nesta manhã na B3, redefiniu os investimentos em infraestrutura no Nordeste ao arrecadar R\$ 6,546 bilhões em pagamentos diretos (outorgas) ao Estado. O certame, que dividiu os serviços em duas grandes áreas,

terminou com uma vitória expressiva do fundo Pátria Investimentos e do consórcio formado pelas gigantes Acciona e BRK Ambiental.

O resultado financeiro superou as metas do governo, impulsionado por uma disputa acirrada que garantiu lances muito acima dos valores mínimos exigidos.

O destaque da sessão foi o Bloco 1 (Sertão), que abrange 24 municípios, incluindo Petrolina.

O Pátria venceu a disputa com uma proposta de R\$ 3,531 bilhões. O valor é quase doze vezes maior que o lance mínimo de R\$ 276,4 milhões, o que representa um ágio recorde de 1.177%. Esse movimento consolida a entrada do fundo Pátria no setor de saneamento do estado com uma aposta alta na recuperação e modernização das redes em uma região historicamente afetada pela escassez hídrica.

Já o Bloco 2 (RMR-Pajeú), o maior em número de cidades, abrangendo o Grande Recife, a Zona da Mata e parte do interior (151 municípios ao todo), foi arrematado pelo Consórcio Acciona/BRK. O grupo ofereceu R\$ 3,015 bilhões, valor 224% superior ao mínimo estipulado de R\$ 929 milhões.

Com essa vitória, a BRK Ambiental amplia sua presença em Pernambuco, onde já opera uma parceria público-privada de esgoto na Região Metropolitana, agora assumindo também a distribuição de água em conjunto com a multinacional espanhola Acciona.

Investimento em 35 anos

Somados, os dois novos operadores deverão investir cerca de R\$ 19 bilhões ao longo dos 35 anos de contrato para garantir a universalização do serviço até 2033. Para o Governo de Pernambuco, o leilão é uma vitória estratégica: além de garantir que 9,5 milhões de pessoas tenham acesso a água e esgoto tratados, a entrada dos R\$ 6,5 bilhões em outorgas oferece fôlego financeiro imediato ao Tesouro Estadual.

A estatal Compesa continuará pública e será a responsável por captar e tratar a água bruta, vendendo a para que os consórcios vencedores façam a distribuição final aos consumidores.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/12/2025

TERMINAIS DE NATAL E DO RECIFE ENTRAM NO 1º BLOCO DE LEILÕES PORTUÁRIOS DE 2026

Governo federal leiloa terminal de granéis em Natal e terminal de passageiros em Recife em fevereiro. Leilões portuários de 2025 somaram R\$15,5 bilhões

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Com investimento estimado em R\$ 2,3 milhões e contrato de 25 anos, o terminal de passageiros do Porto do Recife deverá receber melhorias para atendimento à temporada de cruzeiros. Foto: Porto do Recife/Divulgação

O governo federal marcou para o dia 26 de fevereiro, na B3, em São Paulo, o primeiro bloco de leilões portuários de 2026. Entre os quatro ativos que irão a certame, dois estão no Nordeste: um terminal voltado à movimentação de granéis minerais no Porto de Natal (RN) e outro destinado ao embarque e desembarque de passageiros no Porto de Recife (PE).

Os demais terminais estão localizados nos portos de Macapá (AP) e Porto Alegre (RS). O conjunto de projetos totaliza R\$ 229 milhões em investimentos previstos. A rodada integra o programa de concessões coordenado pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Desde 2023, foram realizados 26 leilões de áreas portuárias no país, com contratos que somam R\$ 15,5 bilhões em aportes privados.

“Esse primeiro bloco de leilões portuários de 2026 reflete uma visão de longo prazo para a infraestrutura aquaviária brasileira. A Antaq atua para garantir um ambiente regulatório seguro e eficiente, que estimule investimentos, amplie a capacidade dos portos e dê mais dinamismo à logística nacional. São projetos que fortalecem a integração regional e transformam infraestrutura em desenvolvimento”, disse o diretor-geral da Antaq, Frederico Dias.



O contrato de concessão da área de granéis sólidos minerais no Porto de Natal terá prazo de 15 anos, com previsão de R\$ 55,17 milhões em investimentos. Foto: Codern/Reprodução

Terminal mineral de Natal terá R\$ 55 milhões em investimentos

No Porto de Natal, será oferecida uma área especializada na movimentação de granéis sólidos minerais, com destaque para minério de ferro, produto com presença crescente na matriz exportadora do Rio Grande do Norte. O contrato de concessão terá prazo de 15 anos, com previsão de R\$ 55,17 milhões em investimentos.

A proposta busca ampliar a capacidade de escoamento da produção mineral do estado, especialmente da região do Seridó, onde operam mineradoras de pequeno e médio porte com foco em exportação. A localização do terminal favorece a integração com o Aeroporto de São Gonçalo do Amarante e com as rodovias federais que atendem a região metropolitana de Natal.

Segundo a Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern), o Porto de Natal movimentou 3,1 milhões de toneladas em 2024, com destaque para frutas, combustíveis e carga sólida. O novo arrendamento deverá absorver a demanda reprimida e oferecer alternativa logística à cadeia de mineração potiguar, atualmente dependente do modal rodoviário.

Terminal turístico do Recife será concedido por 25 anos

No Porto de Recife, o terminal a ser leiloado é voltado exclusivamente à operação de passageiros. Com investimento estimado em R\$ 2,3 milhões e contrato de 25 anos, o ativo deverá receber melhorias para atendimento à temporada de cruzeiros. Em 2024, o terminal movimentou cerca de 26,8 mil pessoas, entre passageiros e tripulantes, com 20 escalas.

A previsão para a temporada 2025/2026 é de 28 mil turistas em 19 escalas já programadas, com destaque para o navio Costa Favolosa e outras embarcações com capacidade superior a 3,5 mil passageiros. A estrutura atende cruzeiros de curta e média distância e tem impacto direto nos setores de turismo, transporte e serviços da capital pernambucana.

A modernização do terminal deve melhorar a recepção de passageiros e a integração com o circuito turístico local, ampliando a posição do Recife nas rotas marítimas da costa brasileira.

Antaq realizou leilões portuários de granéis e passageiros em 2025

Em 2025, a Antaq realizou dois leilões de terminais portuários no Nordeste. No Porto de Recife, o terminal REC08, voltado à movimentação de granéis sólidos vegetais, foi arrematado em agosto com outorga de R\$ 1,3 milhão e compromisso de investimento de R\$ 10,3 milhões ao longo de 10 anos.

No Porto de Maceió (AL), o Terminal Marítimo de Passageiros (TMP Maceió) foi leiloado em outubro, com contrato de 25 anos e previsão de R\$ 5,1 milhões em investimentos privados.

Além disso, a Antaq avançou na estruturação de outros ativos no Recife, como os terminais REC09 e REC10, destinados à movimentação de combustíveis e granéis líquidos, ainda em fase preparatória. No caso do terminal mineral de Natal, o projeto foi estruturado ao longo de 2025 e incluído oficialmente no primeiro bloco de leilões de 2026, com todos os estudos regulatórios finalizados.

Movimentação portuária regional sustenta novos projetos

A movimentação portuária do Nordeste, em expansão nos últimos anos, reforça o potencial dos dois projetos incluídos no próximo leilão. Em 2024, os portos públicos e terminais privados da região movimentaram mais de 150 milhões de toneladas, com destaque para granéis líquidos, combustíveis, grãos e carga geral.

O Porto de Natal é um dos principais pontos de embarque de frutas frescas e derivados minerais, enquanto o Porto de Recife diversifica suas operações com foco em carga geral, turismo e combustíveis. Segundo o secretário nacional de Portos, Alex Ávila, os novos arrendamentos refletem uma estratégia de diversificação logística e fortalecimento dos corredores regionais.

A expectativa do governo federal é que a presença de terminais no Nordeste em diferentes segmentos amplie a atratividade da região para operadores nacionais e estrangeiros, garantindo competitividade e segurança regulatória para os investimentos.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 18/12/2025



ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

MPOR E ANTAQ FARÃO EM FEVEREIRO PRIMEIRO BLOCO DE LEILÕES PORTUÁRIOS DE 2026

Terminais de cereais, granéis minerais e de passageiros estão em Macapá, Natal, Porto Alegre e Recife e terão investimentos totais de R\$ 229 milhões



Crédito foto: Porto de Santana (AP)

O Ministério de Portos e Aeroportos e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) farão em 26 de fevereiro, na B3, em São Paulo, o primeiro bloco de leilões portuários de 2026. Com investimentos totais de R\$ 229 milhões, os quatro terminais que compõem o bloco estão localizados em Macapá (AP), Natal (RN), Porto Alegre (RS) e Recife (PE). Esses portos concentram movimentação de cereais, granéis, minerais e passageiros e o processo com o detalhamento dos projetos já foi encaminhado pela Secretaria Nacional de Portos à Antaq.

“Estamos dando continuidade ao maior programa de concessões portuárias, com o leilão de terminais importantes das regiões Norte, Sul e Nordeste. Além de fortalecer o setor portuário, ampliando a capacidade e a eficiência da operação, estamos mantendo o propósito de descentralizar e promover o desenvolvimento regional”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho, ao anunciar nesta segunda-feira o novo leilão. Ele ressaltou que, desde 2023, o governo do presidente Lula já realizou no setor portuário 26 leilões, que somam R\$ 15,5 bilhões em investimentos.

“Esse primeiro bloco de leilões portuários de 2026 reflete uma visão de longo prazo para a infraestrutura aquaviária brasileira. A ANTAQ atua para garantir um ambiente regulatório seguro e eficiente, que estimule investimentos, amplie a capacidade dos portos e dê mais dinamismo à logística nacional. São projetos que fortalecem a integração regional e transformam infraestrutura em desenvolvimento”, disse o diretor-geral da ANTAQ, Frederico Dias.

O Secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, chamou atenção para diversidade de cargas movimentadas nesses portos, que concentram transporte de cereais, granéis, minerais e passageiros. “Este será o primeiro leilão de 2026, mas a Secretaria já está trabalhando em outros leilões, como o do terminal de contêineres do Porto de Santos, o Tecon Santos 10, que foi aprovado pelo TCU e será leiloado em março”, afirmou o secretário, prevendo para janeiro um roadshow para apresentar os projetos a interessados.

TMP Recife – O terminal de passageiros do Recife (PE) tem previsão de investimentos de R\$ 2,3 milhões e prazo de 25 anos de concessão. O terminal de Recife, juntamente com o de Fortaleza (CE), Maceió e Salvador (BA), deverá fortalecer um circuito de cruzeiros nordestinos integrados, reforçando a vocação natural da região para o turismo.

MCP01 – O Porto de Santana tem papel importante no estado do Amapá e na região Norte, destinado especialmente ao escoamento da produção de grãos da região e cavaco de madeira. A previsão de investimentos é de R\$ 150,20 milhões e um período de 25 anos de concessão.

POA26 – Já para o POA26, localizado na Poligonal do Porto Organizado de Porto Alegre (RS), estão previstos R\$ 21,13 milhões pelo arrendamento da área, destinada à movimentação e armazenagem de granel sólido, com prazo de 10 anos de concessão. O leilão do POA26 vem contribuir para a modernização dos portos no Sul do País.

NAT01 – Destinado ao escoamento de granéis minerais, especialmente minério de ferro, o terminal localizado em Natal (RN) tem previsão de investimentos de R\$ 55,17 milhões e prazo de concessão de 15 anos. Juntamente com outros portos da região, reforça a movimentação portuária no Nordeste

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 18/12/2025

gov.br Presidência da República
Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS, ANAC, ABEAR E ABR INTENSIFICAM AÇÕES NOS AEROPORTOS PARA GARANTIR O BOM FUNCIONAMENTO DURANTE O PERÍODO DE FESTAS

Atuação conjunta busca garantir o bom funcionamento no período de maior movimentação do setor aéreo



Ação conjunta para garantir a prestação adequada e segura do serviço de transporte aéreo aos passageiros - Foto: Divulgação

Tendo em vista o crescimento da aviação brasileira, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a Aeroportos Brasil (ABR) e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) vão realizar, entre os dias 19 de dezembro de 2025 e 5 de janeiro de 2026, a Operação Fim de Ano, com ações intensificadas nos aeroportos de maior movimento do país durante o Natal e o Réveillon.

A ação tem por objetivo acompanhar a movimentação nos aeroportos durante o período de maior fluxo, garantindo a prestação adequada e segura do serviço de transporte aéreo aos passageiros.

“Estamos atuando de forma integrada para que, neste período em que há grande fluxo de passageiros, o transporte se mantenha organizado, com qualidade e respeito ao cidadão, garantindo que todos possam viajar com segurança e dignidade”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

A operação contará com reforço de servidores da Anac em todas as regiões do Brasil, atuando simultaneamente em aeroportos de 15 estados. A iniciativa soma-se às ações já realizadas em 2025, ano em que a Anac fiscalizou 76 bases de empresas aéreas e 30 operadores aeroportuários. “O fim de ano é um período de maior movimento nos aeroportos, o que exige atenção redobrada. A Anac está atenta para assegurar aos usuários tranquilidade e segurança nas viagens”, afirmou o diretor-presidente da Anac, Tiago Fainerstein.



operação fim de ano

O MPor, ao lado da Anac, da Abear e da ABR, atuará de maneira permanente no monitoramento dos terminais para, de forma integrada, acompanhar as operações aéreas e o fluxo de passageiros.

“Essa ação é um esforço coletivo dos entes públicos e privados para garantir que esse período seja marcado apenas por boas notícias e comemorações. Vamos trabalhar intensamente para atender toda a demanda e garantir que os brasileiros cheguem aos seus destinos e retornem felizes para suas casas”, declarou o presidente da ABR, Fábio Rogério Carvalho.

Os passageiros devem estar atentos às regras e orientações das Resoluções nº 400/2016 e nº 280/2013 da Anac, que tratam, respectivamente, da assistência ao passageiro em casos de atrasos e cancelamentos de voos e da acessibilidade, as quais serão observadas em todo o país.

“O trabalho conjunto entre governo, reguladores, aeroportos e companhias aéreas é fundamental. A aviação brasileira possui altos índices de eficiência operacional, e o compromisso das companhias é a melhoria contínua dos processos e serviços para oferecer aos passageiros um atendimento de qualidade, dentro das regras operacionais e de segurança”, ressaltou o presidente da Abear, Juliano Noman.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/12/2025

GOVERNO FEDERAL APRESENTA AVALIAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA 2050

Representantes de quatro ministérios participam das discussões com foco no futuro dos transportes

Nesta quinta-feira (18), o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) participa da apresentação da avaliação estratégica do Plano Nacional de Logística (PNL) 2050, documento que consolida o diagnóstico do atual cenário do sistema de transportes brasileiro. O plano foi construído em parceria com o Ministério dos Transportes (MT), Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e Infra S.A. O evento será realizado na sede da Confederação Nacional do Transporte (CNT) às 10h.

O PNL compõe o Planejamento Integrado de Transportes (PIT) e é importante para definir o horizonte de longo prazo com as principais metas para a infraestrutura do país e os projetos estruturantes que garantirão o alcance dessas metas. O plano busca por uma matriz de transportes mais equilibrada, com incentivo à intermodalidade e à utilização de modos de maior eficiência operacional e econômica.

Na ocasião, será assinada uma portaria que abre consulta pública para ouvir a sociedade sobre a Avaliação Estratégica do PNL 2050.

Participam da apresentação da avaliação do PNL o secretário executivo do Ministério de Portos e Aeroportos, Tomé Franca; o secretário executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro; a secretaria Nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse; o secretário Nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro; o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos e a secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento, Virgínia de Angelis.

Credenciamento

Não há necessidade de credenciamento prévio para jornalistas interessados na cobertura do evento.

Serviço

O quê: Lançamento da Avaliação Estratégica do Plano Nacional de Logística 2050

Quando: Quinta-feira, 18 de dezembro

Horário: 10h

Onde: Edifício sede da CNT (Confederação Nacional do Transporte)

Endereço: SAUS Quadra 01, Bloco J, Edifício Clésio Andrade, Brasília - DF

Fonte: GOV. Federal - BR - Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/12/2025

MPOR AMPLIA INCLUSÃO COM SALA MULTISENSORIAL EM VIRACOPOS

Espaço voltado ao acolhimento de passageiros neurodivergentes é inaugurado nesta quarta-feira (17) e reforça política de acessibilidade sensorial nos aeroportos brasileiros



A Sala Multissensorial conta com iluminação suave, sons relaxantes, materiais tátteis, aromaterapia, projeções e mobiliário voltado à regulação sensorial
-Foto: Ascom/Aeroportos Brasil

Os passageiros que passam pelo aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), agora passam a contar com uma sala multissensorial dedicada às pessoas neurodivergentes, como Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e condições de processamento sensorial. O espaço foi

inaugurado nesta quarta-feira (17) e fica aberta para acolher os milhares de turistas que passam pelo terminal.

A iniciativa integra o conjunto de ações do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) voltadas à democratização da experiência aeroportuária no país, reforçando o compromisso do governo federal com políticas de inclusão, acessibilidade e atendimento humanizado.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a implantação de espaços como esse representa um avanço concreto na forma como o setor aéreo atende a diversidade de passageiros. "A inclusão precisa estar presente em todas as etapas da viagem. As salas multissensoriais garantem mais conforto, dignidade e respeito às pessoas neurodivergentes, fortalecendo uma aviação mais humana e acessível para todos", destacou o ministro.

O espaço está localizado no acesso de embarque nacional, após o sistema de raio-X, e foi desenvolvido para oferecer um ambiente seguro, controlado e sensorialmente adequado, reduzindo estímulos comuns do ambiente aeroportuário que podem gerar sobrecarga, ansiedade ou desconforto.

Ambiente preparado para reduzir estímulos

A Sala Multissensorial conta com iluminação suave, sons relaxantes, materiais tátteis, aromaterapia, projeções e mobiliário voltado à regulação sensorial. O objetivo é proporcionar acolhimento e bem-



estar, minimizando fatores como ruídos, movimentação intensa e luminosidade forte – elementos que podem impactar passageiros neurodivergentes.

O espaço funcionará diariamente das 7h às 23h e poderá ser utilizado mediante cadastro prévio no site do aeroporto, por meio de link específico. Para garantir segurança e conforto, haverá regras como permanência máxima de 30 minutos, ambiente silencioso e acompanhamento obrigatório para menores de idade e pessoas que necessitem de apoio adicional.

Capacitação das equipes

Antes da abertura oficial, colaboradores de diferentes áreas passaram por treinamento especializado conduzido pela terapeuta ocupacional Mariana Lima, que abordou temas como compreensão da neurodivergência, identificação de sobrecarga sensorial e práticas de atendimento humanizado.

A capacitação reforça o papel fundamental das equipes de apoio no acolhimento de passageiros que apresentem sinais de desregulação sensorial ao longo da viagem.

“A inclusão começa com o olhar humano”, destacou a instrutora, ressaltando que a sala multissensorial se torna uma ferramenta essencial dentro do ambiente aeroportuário.

Política prioritária do MPor

A implantação e expansão de salas multissensoriais fazem parte das diretrizes do MPor para tornar a aviação brasileira mais inclusiva e acessível, alinhadas às melhores práticas internacionais de acessibilidade e atendimento ao público.

Segundo Silvio Costa Filho, a agenda de acessibilidade é tratada como prioridade na pasta. “Nosso compromisso é garantir que os aeroportos brasileiros estejam preparados para acolher todas as pessoas, respeitando suas necessidades específicas e promovendo uma experiência de viagem mais justa e segura”, afirmou.

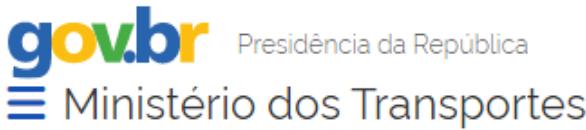
Inclusão e impacto social

A criação do espaço responde a uma demanda crescente por ambientes acessíveis e sensorialmente adequados. O Brasil possui cerca de 2,4 milhões de pessoas com diagnóstico de TEA (Censo 2022), e 53,5% dos turistas com deficiência já deixaram de viajar por falta de infraestrutura adequada (Ministério do Turismo – 2020).

Com a inauguração da Sala Multissensorial, Viracopos passa a integrar o grupo de aeroportos brasileiros que contam com ambientes de acolhimento sensorial, fortalecendo o compromisso com uma aviação mais inclusiva, democrática e alinhada à diversidade do público atendido.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 18/12/2025



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

DETRANS DE TODAS AS REGIÕES DO PAÍS JÁ OPERAM MODELO DA CNH DO BRASIL

16 estados já atendem milhões de brasileiros que querem começar a dirigir

Em um movimento conjunto das esferas regionais e federais, 16 Departamentos Estaduais de Trânsito já operam sob as novas regras da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), que simplificam o processo para obtenção do documento.



Detrans de 16 estados já operam modelo da CNH do Brasil - Foto: AdobeStock

O Detran de São Paulo, por exemplo, é referência entre as instituições de trânsito que já seguem as diretrizes da CNH do Brasil e foi o primeiro do país a aplicar o novo exame teórico. Nesta semana, o órgão lançou uma página especial no site, com passo a passo, cronograma de implementação e informações atualizadas conforme a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) nº 1.020/2025, para que não fiquem dúvidas aos paulistas.



“A iniciativa garante transparência e segurança ao cidadão durante o período de transição, além de detalhar como as mudanças tornam o processo mais rápido e mais barato em São Paulo”, ressalta a instituição.

Outro avanço relevante foi a rápida viabilização do cadastramento de instrutores autônomos no estado, por meio de um sistema específico de credenciamento.

O Rio Grande do Sul está finalizando as adaptações, que devem ser concluídas até janeiro, enquanto o Amapá tem realizado ajustes operacionais e sistêmicos para concluir as adequações.

“As adaptações no Detran/AP vêm ocorrendo de forma gradual e planejada. A Diretoria de Tecnologia, em contato direto e permanente com a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), já conseguiu implantar importantes adequações no sistema”, afirma em nota.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, reforçou a importância do empenho dos órgãos de trânsito em atender o cidadão dentro do novo modelo.

“Já são 22 milhões de acessos à plataforma da CNH do Brasil, e mais de 1 milhão e 600 mil brasileiros já estão inscritos no curso teórico online gratuito. Estamos fazendo a diferença na vida de milhares de brasileiros. Isso significa mais cidadãos habilitados”, celebra.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/12/2025

PRESIDENTE LULA E RENAN FILHO ENTREGAM NOVA PONTE QUE LIGA BRASIL E PARAGUAI NESTA SEXTA (19)

Com investimento de R\$ 1,9 bilhão, a estrutura fortalece as relações do Mercosul

Ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro dos Transportes, Renan Filho, entrega, nesta sexta-feira (19), em Foz do Iguaçu, a nova Ponte Internacional da Integração, que liga Brasil e Paraguai.

A estrutura, construída sobre o Rio Paraná, é considerada estratégica para a logística regional e para o fortalecimento das relações do Mercosul, e recebeu investimento de R\$ 1,9 bilhão dos dois países.

Atualmente cerca de 400 caminhões cruzam diariamente a Ponte da Amizade, inaugurada há 60 anos e, até então, única ligação rodoviária entre Brasil e Paraguai na região da Tríplice Fronteira.

Com a inauguração da nova ponte, esse volume de tráfego passa a ser redistribuído de forma gradual.

No lado brasileiro, a nova aduana e os acessos viários foram finalizados e liberados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Credenciamento

Profissionais interessados em acompanhar o evento devem se credenciar através do sistema da Presidência da República até às 19h desta quinta-feira (18).

As credenciais serão entregues das 13h às 14h30 no local do evento.

Serviço

Entrega da Ponte Internacional da Integração Brasil-Paraguai

Data: Sexta-feira, 19 de dezembro

Horário: 15h

Local: Nova Aduana Brasil-Paraguai, localizada na cabeceira da ponte, em Foz do Iguaçu (PR)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 18/12/2025



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL –EDITORIAL -EM DEFESA DO REPORTO E DO REIDI

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A aprovação pelo plenário da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei Complementar (PLP) 128/25, que impõe um corte linear de 10% em benefícios fiscais federais, acende um sinal de alerta sobre a estabilidade das políticas de fomento à infraestrutura no Brasil. Sob o pretexto de um ajuste fiscal célere, a proposta ignora a distinção fundamental entre renúncia indiscriminada e regimes estruturantes, como o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) e o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

A mobilização de entidades como a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) e a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), junto ao Senado Federal, busca expor a fragilidade de se adotar uma “réguia única” para setores com dinâmicas de investimento e ciclos de capital absolutamente distintos. Ao tratar incentivos vinculados a contrapartidas obrigatórias de investimento como meras desonerações burocráticas, o texto aprovado pela Câmara coloca em xeque a segurança jurídica indispensável para a atração de capital privado de longo prazo.

É imperativo defender a importância do Reporto e do Reidi como pilares da logística nacional. Tais mecanismos não constituem privilégios setoriais, mas sim instrumentos de correção de assimetrias competitivas que viabilizaram, apenas no setor portuário, mais de R\$ 28 bilhões em aportes desde 2023. O Reporto, especificamente, atua na desoneração de bens de capital voltados ao ativo imobilizado, permitindo que os portos brasileiros se equipem com tecnologia de ponta para enfrentar a concorrência global.

A aplicação de um corte linear sobre esses regimes geraria um ganho fiscal meramente transitório, estimado para um curto período até a transição definitiva dos tributos (PIS/Cofins e IPI) para a nova Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS). No entanto, o dano à confiança do investidor seria duradouro. A desconsideração das especificidades de cada cadeia produtiva, sob a justificativa de

uma “teoria econômica perfeita no papel”, revela-se desastrosa na prática ao estimular a judicialização e quebrar expectativas de contratos já firmados.

Diante da aprovação na Câmara, recai sobre o Senado Federal, e em especial sobre lideranças como os senadores Wellington Fagundes e Eduardo Braga, a necessidade de não aprovarem medidas que coloquem em risco esses regimes. A revisão da redação do PLP 128/25 é urgente, para assegurar que a exclusão da redução linear não fique condicionada a critérios temporais ou administrativos que não refletem a realidade operacional da infraestrutura.

A coerência jurídica exige que programas preservados no âmbito da Reforma Tributária não sejam esvaziados por legislações infraconstitucionais de caráter arrecadatório. Um país que almeja o crescimento sustentável não pode permitir o retrocesso na modernização de seus terminais e ferrovias. O Senado deve atuar como o fiel da balança, garantindo que a racionalidade econômica prevaleça sobre a urgência arrecadatória de curto prazo, sob pena de encarecer o Custo Brasil e sabotar o próprio desenvolvimento que o governo afirma perseguir.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - O PAPEL ESTRATÉGICO DO PÚBLICO INTERNO NA CONTENÇÃO DE CRISES



JOÃO FORTUNATO

Consultor especialista em Media Training
e Gestão de Crise e professor universitário

opiniao@portalbenews.com.br

Em crises de imagem, o público interno funciona como uma barreira primária de contenção. Funcionários bem-informados, que compreendem as causas do problema e conhecem as medidas adotadas para solucioná-lo, tornam-se embaixadores espontâneos da organização em seus círculos sociais. Em momentos de incerteza, é a eles que familiares, clientes e parceiros recorrem em busca de informações consideradas mais confiáveis.

No epicentro de qualquer turbulência corporativa, existe uma força silenciosa capaz de definir se uma organização atravessará a crise com aprendizado ou com danos irreversíveis: o público interno. Durante décadas, a gestão de crises foi pensada sob uma lógica “de fora para dentro”, concentrada no controle da narrativa na imprensa, na resposta a reguladores e no apaziguamento de acionistas. Esse modelo, no entanto, tornou-se insuficiente diante da digitalização das relações e da completa porosidade das fronteiras corporativas.

Na prática, as empresas passaram a operar sob o regime das “paredes de vidro”. Nada do que é comunicado externamente se sustenta se não encontrar coerência e validação dentro da própria organização. Nesse cenário, o colaborador deixou de ser figurante para ocupar posição central na equação reputacional. Mais do que porta-vozes oficiais, são os funcionários que concentram, hoje, o maior capital de credibilidade junto à sociedade.

Enquanto executivos treinados são percebidos como representantes do discurso institucional, o colaborador é visto como a “voz da realidade”, alguém que vivencia o cotidiano da empresa e tem autoridade moral para confirmar ou desmentir narrativas. Quando uma crise irrompe e a organização fala primeiro com o mercado, mas silencia internamente, cria-se um vácuo de informação rapidamente preenchido por boatos, insegurança e interpretações distorcidas. O resultado é perverso: quem deveria atuar como defensor da marca passa a se sentir excluído, cético ou emocionalmente distante.

A eficácia de qualquer estratégia de contenção depende, portanto, da velocidade e da transparência com que a liderança estabelece um canal de confiança com suas equipes. Em crises de imagem, o público interno funciona como uma barreira primária de contenção. Funcionários bem-informados,

que compreendem as causas do problema e conhecem as medidas adotadas para solucioná-lo, tornam-se embaixadores espontâneos da organização em seus círculos sociais. Em momentos de incerteza, é a eles que familiares, clientes e parceiros recorrem em busca de informações consideradas mais confiáveis.

Quando há alinhamento entre discurso e prática, a empresa ganha milhares de defensores distribuídos de forma capilar. O desalinhamento, por outro lado, produz uma dissonância corrosiva. Se o que o CEO afirma publicamente não corresponde ao que o colaborador observa na operação, na linha de frente ou no atendimento ao cliente, a reputação sofre uma erosão silenciosa que nenhuma campanha de comunicação consegue reparar. A crise deixa de ser apenas reputacional e passa a ser cultural.

Gerir crises, portanto, não é apenas decidir o que dizer, mas garantir que a comunidade interna se reconheça como parte da solução. Isso exige que a comunicação interna supere o modelo meramente informativo e adote uma lógica de engajamento. O colaborador precisa perceber integridade nas decisões da empresa, pois sua própria identidade profissional está associada àquela marca. Acusações de negligência, falhas éticas ou erros operacionais atingem também a dignidade simbólica de quem trabalha na organização. Sem orientação e segurança institucional, o distanciamento emocional torna-se um mecanismo de autoproteção, acelerando o desgaste da marca empregadora.

Além disso, o público interno atua como sistema de alerta precoce e fonte estratégica de soluções. Muitas respostas para crises de imagem estão na inteligência coletiva de quem opera o negócio diariamente, e não apenas em diagnósticos externos. Ao envolver seus quadros no processo, a empresa reduz riscos reputacionais e fortalece sua cultura para o período pós-crise. A transparência interna, nesse contexto, transforma-se em ativo: reconhecer falhas primeiros dentro de casa constrói lealdade e sustenta a travessia do período de recuperação.

Em tempos de redes sociais, vazamentos são quase inevitáveis. A diferença está no contexto. Onde a comunicação interna é negligenciada, documentos vazados soam como confissão. Onde há diálogo aberto e consistente, reforçam a percepção de seriedade e responsabilidade. No fim, reputação é a soma das percepções construídas ao longo do tempo e é o público interno quem molda esse comportamento no cotidiano. Ignorá-lo em uma crise é tentar consertar o reflexo sem cuidar da fonte. A verdadeira contenção começa dentro da empresa, muito antes de chegar às manchetes.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

NACIONAL - HUB – CURTAS - MOTA-ENGIL NEGOCIA COMPRA DA BAMIN E ATIVOS NA BAHIA

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

BAMIN EM NEGOCIAÇÃO

A multinacional portuguesa Mota-Engil está em negociações para adquirir a Bamin (Bahia Mineração) no Brasil. O movimento ocorre em um ano de forte expansão do grupo luso, que recentemente venceu a PPP do túnel Santos-Guarujá. A Mota-Engil tem como parceira a gigante chinesa CCCC (China Communications Construction Company), que também integra o consórcio responsável pela construção da ponte Salvador-Itaparica. A aquisição da Bamin é estratégica, pois a mineradora detém a concessão de dois ativos logísticos fundamentais na Bahia: a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol 1) e o Porto Sul, em Ilhéus.

OBRAS REPACKTUADAS

A possível venda da Bamin deve envolver uma repactuação dos contratos de construção da ferrovia e do porto, buscando viabilizar a conclusão das obras. A Bamin já havia sinalizado ao mercado o interesse em novos parceiros e chegou a firmar memorandos de entendimento com outras três empresas antes de avançar nas conversas com a Mota-Engil.

SOLUÇÃO CHINESA

O interesse chinês no ativo não é novo. Desde 2021, havia a expectativa de que o grupo se associasse a investidores da China — inclusive à própria CCCC — para destravar os projetos logísticos, o que na época não chegou a se concretizar.

PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, enviou nessa quarta-feira, dia 17, um ofício ao diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, para reiterar a determinação para que o órgão regulador abra imediatamente “processo administrativo de análise de falhas e transgressões” da concessionária de distribuição de energia elétrica na Grande São Paulo, Enel SP, que vise a “identificar eventual descumprimento ou recomendar a caducidade para a concessão”.

NOVOS APAGÕES

A decisão formalizada por Silveira ocorre após novos episódios de apagão e depois da reunião feita na quarta-feira, dia 16, entre o ministro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB). Os três saíram da reunião dizendo estarem “unidos” para resolver a questão da Enel SP. Na ocasião, anunciaram que iriam dar entrada no processo de interrupção do contrato com a concessionária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

LULA COBRA “NARRATIVA CORRETA” DO GOVERNO ÀS VÉSPERAS DO ANO ELEITORAL

Presidente diz que resultados da gestão não aparecem como deveriam nas pesquisas e pede discurso unificado da equipe

Do Estadão Conteúdo



Durante a reunião ministerial, Lula citou ações em áreas como economia e inclusão social como exemplos que precisam ser mais bem explicados à população. Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil

“narrativa correta” para informar ao povo brasileiro as coisas que aconteceram no país nos últimos anos. O presidente comandou a última reunião ministerial de 2025, na residência oficial da Granja do Torto, em Brasília.

Para o presidente, o país está em uma situação “amplamente favorável”, embora, segundo ele, isso não apareça com a força que deveria aparecer nas pesquisas de opinião pública em razão da polarização política no país. Lula disse que o discurso da equipe precisa estar definido para o processo eleitoral do ano que vem.

“O ano eleitoral vai ser o ano da verdade. Ou seja, nós temos que criar a ideia da hora da verdade para mostrar quem é quem nesse país, quem faz o quê nesse país, o que aconteceu antes de nós e o que acontece quando nós chegamos ao governo”, disse aos seus ministros, citando ações em diversas áreas, como economia e inclusão social.

“É importante que a gente tenha noção que nós precisamos fazer com que o povo saiba o que aconteceu nesse país. Eu tenho a impressão que o povo ainda não sabe. Eu tenho a impressão que nós ainda não conseguimos a narrativa correta para fazer com que o povo saiba fazer uma avaliação das coisas que aconteceram neste país”, acrescentou.

Lula disse que vai aceitar o afastamento dos ministros que quiserem disputar um cargo ou reeleição. No pleito de 2026, será escolhido o novo presidente da República, mas também governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais.

O presidente destacou ainda a capacidade de articulação da equipe para a aprovação de medidas de interesse do governo no Congresso Nacional, como a isenção do imposto de renda e a reforma tributária. Para ele, o país vive um “momento ímpar” do ponto de vista econômico também pelo aumento da capacidade de investimento e financiamento dos bancos públicos.

O presidente Lula reafirmou a sua política de que o dinheiro precisa circular nas mãos da população. “Nós precisamos fazer muito mais, porque a minha teoria é que pouco dinheiro na mão do povo resolve o problema. Não tem macroeconomia, não tem câmbio. Se tiver dinheiro na mão do povo, está resolvido o nosso problema. Está resolvido o problema da industrialização, do consumo, da agricultura, está resolvido o problema da inflação”, disse.

“Nós acabamos com a invisibilidade do povo pobre desse país. Nós acabamos com a invisibilidade de um povo que só era reconhecido em época de eleição”, afirmou o presidente.

Após o discurso de abertura da reunião, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, falou sobre as políticas industriais em desenvolvimento, e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, fez um balanço dos primeiros três anos da gestão.

Também estão previstas falas dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad; da Secretaria de Comunicação Social, Sidônio Palmeira; e da ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

PRESIDENTE MINIMIZA DEBATE FISCAL E COBRA AGENDA PARA PRÓXIMO CICLO DO PAÍS

Do Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na quarta-feira, 17, que não precisa ser candidato novamente para ficar discutindo déficit fiscal todo mês. Em discurso de encerramento da reunião ministerial, ele elogiou relação com presidentes do Congresso e que mandou fazer estudo sobre políticas sociais de seus possíveis adversários, sem citar o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

“Eu vou ser candidato para todo mês ficar discutindo déficit fiscal? Para todo mês ficar discutindo cortes no Orçamento? É para isso que eu quero ser? Eu não preciso disso”, afirmou.

Ele repetiu que não tem nada pessoalmente contra os presidentes e ex-presidentes da Câmara e do Senado, e reforçou que é grato por aprovar tudo que o governo precisava aprovar. “Sou amigo do Hugo Motta, do Arthur Lira, do Rodrigo Pacheco, do Davi Alcolumbre, sou grato pelo que eles fizeram nesses três anos comigo. E na hora que surgir uma divergência é importante a gente lembrar que a gente precisa conversar mais, aparar as arestas e eu estou disposto a fazer isso porque somos gratos por tudo que foi aprovado até agora”, completou.

Lula admitiu que de vez em quando há rusgas com o Legislativo, mas avaliou que o que importa é se o povo sai vencedor. “De vez em quando aparece uma rusga, de vez em quando aparece uma manchete no jornal, o governo perdeu, o governo ganhou. O governo não perde nem ganha, para nós, o que é bom é se o povo ganha”, disse.

Por fim, o presidente declarou que o Brasil não pode fazer política de inclusão a vida toda e que é preciso discutir o que será feito para dar um salto no próximo ciclo. Ele afirmou ainda que pediu estudo sobre as políticas sociais de todos seus possíveis adversários na eleição de 2026. Ele citou nomes como Ratinho Jr., Ronaldo Caiado, Romeu Zema e Tarcísio de Freitas. Mais uma vez, não citou Flávio Bolsonaro. Lula disse que, na comparação, as políticas sociais deles nos estados não é nada perto do que foi feito por ele no governo federal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

UNIÃO BRASIL PEDE A VAGA E SABINO DEIXA O MINISTÉRIO DO TURISMO

Ex-ministro afirma que mudança foi definida em diálogo com o Planalto e integra reorganização da base governista no Congresso

Do Estadão Conteúdo



Celso Sabino disse que já vinha tratando do tema com o presidente Lula havia alguns dias e relatou que teve uma última conversa “bastante positiva” com o chefe do Executivo

Celso Sabino confirmou, na quarta-feira (17), que deixará o Ministério do Turismo após o União Brasil reivindicar a vaga na Esplanada. Sem partido desde a semana passada, o ministro afirmou que a decisão foi tomada em diálogo com o governo e com a cúpula da legenda e que deve ser substituído por Gustavo Damião Feliciano.

Segundo Sabino, a definição ocorreu na terça-feira (16), em reunião com lideranças do União Brasil e a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. O ministro disse que já vinha tratando do tema com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia alguns dias e relatou que teve uma última conversa “bastante positiva” com o chefe do Executivo. “Eu imagino que o partido deva ter as suas razões para ter tomado essa decisão de se afastar do governo e deve ter suas razões também para agora buscar se aproximar do governo”, afirmou.

A troca no comando da pasta ocorre em meio à reorganização da base governista no Congresso. Apesar do rompimento formal do União Brasil com o Palácio do Planalto, pouco menos da metade da bancada de 59 deputados da legenda ainda vota com o governo na Câmara. Foi esse grupo que defendeu a substituição de Sabino como forma de manter o apoio a projetos de interesse do Executivo.

Indicado para o cargo, Gustavo Damião Feliciano é ex-secretário de Turismo da Paraíba e filho do deputado federal Damião Feliciano (União Brasil-PB), aliado do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Sabino havia sido expulso do União Brasil após descumprir a orientação da direção partidária para entregar o cargo quando a sigla decidiu romper com o governo Lula. Ele enfrentou processo no Conselho de Ética da legenda e, à época, afirmou que não poderia atender ao “ultimato” para deixar o ministério às vésperas da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30), realizada em novembro, no Pará.

Ao comentar sua saída, Sabino disse que o movimento contribui para a governabilidade do governo no Congresso e que passará a atuar politicamente em favor de Lula no Pará. “Imagino que o partido deva ter suas razões para ter tomado essa decisão e deve ter suas razões para se aproximar do governo. O que importa é o governo ter governabilidade”, declarou. “Atendendo esse chamado do presidente Lula, devo seguir nesse projeto, que é uma cadeira no Senado Federal da República para representar o Estado do Pará.”

O agora ex-ministro afirmou que retomará o mandato de deputado federal e iniciará a pré-campanha ao Senado em 2026. Ele disse ainda que não definiu por qual partido disputará a eleição e que tomará uma decisão até fevereiro do próximo ano. Segundo Sabino, há critérios para uma eventual filiação: a sigla precisa “defender o progressismo, desenvolvimento, a democracia e projetos estruturantes para o Pará”, garantir autonomia para conduzir a política partidária no estado e permitir independência para “andar junto ao presidente Lula no Pará”.

Ao fazer um balanço de sua passagem pela pasta, Sabino atribuiu os resultados recentes do setor à atuação do governo federal. “Esse sucesso que o turismo vive hoje é fruto direto das orientações do presidente Lula, da sua participação na nossa pasta aqui e também de todos os ministérios.” Ele afirmou que decidiu permanecer no cargo até a conclusão de projetos considerados prioritários, como a realização da COP30. “Nós vivíamos ali momentos de muita incerteza, de muita dúvida, de muitos questionamentos. Concluímos a COP com muito sucesso.”

Sobre os próximos passos, o ex-ministro reforçou que seguirá apoiando o governo no que for necessário. “Nossa pré-candidatura ao Senado está posta, e todo o Estado do Pará, as pessoas têm me instado nessa direção, e o presidente é um entusiasta desse projeto. A gente vai seguir agora nos próximos dias, volto agora à Câmara dos Deputados e nessa pré-campanha ao Senado.”

Veja as trocas no primeiro escalão:

<u>April de 2023 - Gonçalves Dias deixa o GSI</u>	após o 8 de Janeiro	a ser comandada por Macáé Evanisto.
Primeiro ministro a cair no governo Lula 3, o general Gonçalves Dias deixou o Gabinete de Segurança Institucional após a divulgação de vídeos que mostraram sua postura passiva durante a invasão do Palácio do Planalto. O cargo foi ocupado interinamente por Ricardo Cappelletti, desde maio de 2023, a comunicação do Planalto.	que a queda na popularidade do governo, Lula demitiu Paulo Pimenta e nomeou o marqueteiro Sidônio Palmeira, em tentativa de reposicionar	Januário de 2025 - Paulo Pimenta sai da Secom
é chefiado pelo general Marcos Amaro dos Santos.	o cargo foi ocupado interinamente por Ricardo Cappelletti, desde maio de 2023, a comunicação do Planalto.	Com a queda na popularidade do governo, Lula demitiu Paulo Pimenta e nomeou o marqueteiro Sidônio Palmeira, em tentativa de reposicionar
<u>Julho de 2023 - Daniela Carneiro sai do Turismo</u>	Para agradar ao Centrão, Lula substituiu Daniela Carneiro por Celso Sabino, na Secretaria de Relações Institucionais. Lula nomeou Gleisi Hoffmann, atendendo a uma demanda do União Brasil, que se dizia sub-representada no governo. Ela não era considerada de cota partidária.	Março de 2025 - Duas mudanças: na Saúde e na articulação política
<u>Setembro de 2023 - Ana Moser deixa o Esporte</u>	Em uma minirreforma ministerial, Ana Moser foi substituída por André Fufuca, em movimento para atrair PP à base governista.	Nísia Trindade foi substituída por Alexandre Padilha no Ministério da Saúde.
<u>Setembro de 2023 - Márcio França muda de pasta</u>	Márcio França deixou Portos e Aeroportos e assumiu o recém-criado Ministério do Empreendedorismo. O comando da antiga pasta passou para Silvio Costa.	Lula nomeou Gleisi Hoffmann, em decisão que dividiu aliados e intensificou críticas da oposição.
<u>Januário de 2024 - Lewandowski assume a Justiça</u>	Ricardo Lewandowski substituiu Flávio Dino, indicado por Lula ao Supremo Tribunal Federal (STF). A escolha reforçou a relação de confiança pessoal entre Lula e o ex-ministro do STF.	April de 2025 - Mudanças no Ministério das Comunicações
<u>Outubro de 2025 - Troca no Ministério das Mulheres</u>	Cida Gonçalves foi substituída por Márcia Lopes, em uma mudança interna no PT após desgaste político e denúncias de assédio moral.	Juscelino Filho deixou o comando do Ministério das Comunicações após ser denunciado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) sob suspeita de desvio de emendas parlamentares.
<u>Setembro de 2024 - Silvio Almeida deixa Direitos Humanos</u>	Márcio Macêdo deixou o cargo e foi substituído por Guilherme Boulos. O ministro foi demitido após denúncias de assédio sexual. Uma das deputadas do PSOL ganhou o cargo com a tarefa de reaproximar o Planalto	Januário de 2025 - Carlos Lupi deixa a Previdência
<u>Setembro de 2024 - Troca no Ministério das Mulheres</u>	vitimas teria sido a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. A pasta passou de setores da sociedade que têm se afastado do PT e da esquerda.	Outubro de 2025 - Secretaria-Geral da Presidência

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

SENADO APROVA PROJETO DA DOSIMETRIA POR 48 VOTOS A 25

Texto reduz as penas dos condenados pelos atos golpistas do 8 de Janeiro

Do Estadão Conteúdo



PT, MDB e PDT orientaram que seus senadores votassem contra o projeto, mas PL, PP, Republicanos, União Brasil e Novo defenderam a aprovação da proposta.

O Senado aprovou na quarta-feira, 17, por 48 votos a 25 e uma abstenção, o Projeto de Lei 2162/2023, que reduz as penas dos condenados pelos atos golpistas do 8 de Janeiro. Agora, o

texto segue para sanção presidencial. Segundo aliados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem a intenção de vetá-lo.

CASO SANCIONADO, UM DOS BENEFICIADOS SERÁ O EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO (PL), QUE PODE TER SUA PENA REDUZIDA DE 27 ANOS E TRÊS MESES DE PRISÃO PARA 20 ANOS. JÁ O TEMPO EM REGIME FECHADO PARA ELE SERIA DIMINUÍDO PARA DOIS ANOS E QUATRO MESES, CONFORME O QUE ESTÁ DISPOSTO NO TEXTO APROVADO

Caso sancionado, um dos beneficiados será o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que pode ter sua pena reduzida de 27 anos e três meses de prisão para 20 anos. Já o tempo em regime fechado para ele seria diminuído para dois anos e quatro meses, conforme o que está disposto no texto aprovado.

No Senado, PT, MDB e PDT orientaram voto contrário. PL, PP, Republicanos, União Brasil e Novo sugeriram a aprovação.

Durante a sessão do plenário, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) aliado de Lula, subiu o tom e afirmou que o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), lhe comunicou que deixaria o projeto de dosimetria ser aprovado na Comissão de Constituição e

Justiça (CCJ) do Senado. Oficialmente, o PT e integrantes do governo afirmam ser contra o projeto.

“Ele Wagner falou que havia um acordo para o Senado votar hoje a dosimetria e, em contrapartida, o Senado votaria também as desonerações tributárias. Falei: ‘Wagner, o Otto não vai aceitar’”, disse Renan, referindo-se ao presidente da CCJ, Otto Alencar (PSD-BA).

Segundo Renan, havia um acordo com Otto e outros líderes da Casa para que houvesse uma vista maior, a fim de que a votação fosse adiada para 2026. “Fechamos um acordo para que a vista fosse máxima, para levar essa votação fosse levada para o ano que vem” afirmou.

Renan disse, então, que Wagner respondeu: “Ele Wagner me falou: ‘Com o Otto, já resolvi. O Otto vai conceder vista de quatro horas e vamos deixar o pessoal votar’. Eu recusei, como continuo a recusar esse acordo”, falou Renan.

O senador ainda criticou o combinado: “Nunca vi uma indignidade dessa. Nunca vi, às vésperas do Natal, um líder do governo querer dar de presente um perú para os golpistas”, disse.

Wagner confirmou ter fechado um acordo com a oposição para não segurar mais a votação, com o argumento de que o projeto seria votado de qualquer forma, fosse este ano ou em 2026. “Chamei o presidente da CCJ, Otto Alencar, e disse a ele: ‘Não temos mais saída, estamos perdendo no voto’. E ele aquiesceu. Não me envergonho de nada. Acho que foi correto”, disse Wagner.

O projeto

O relator no Senado, Esperidião Amin (PP-SC), acatou uma emenda do senador Sérgio Moro (União-PR) para restringir a progressão de regime apenas aos crimes contra o Estado democrático de direito, a fim de abranger as condenações pelo 8 de janeiro e deixar de fora crimes violentos em geral. O texto aprovado pela Câmara não trazia essa especificação, o que permitiria a diminuição das penas para outros crimes sem relação com o 8 de janeiro.

O relator afirmou que a mudança configura apenas um ajuste redacional e não muda o teor do texto e que não implicaria retorno para nova análise da Câmara. “O Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de reconhecer que emendas aprovadas na Casa Revisora que tenham o condão de meramente explicitar o texto aprovado na Casa Iniciadora não são consideradas de mérito mas, sim, de redação”, argumentou Esperidião em seu parecer.

Senadores de outros partidos, incluindo Otto Alencar e Renan Calheiros, refutaram a tese e afirmaram que a inclusão resulta na necessidade de retorno à Câmara. A CCJ, no entanto, votou para reclassificá-la como emenda de redação.

Pena

Atualmente, o Decreto-Lei nº 2.848 determina 4 a 12 anos de reclusão para o crime de tentativa de golpe de Estado e quatro a oito anos de reclusão para tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, possibilitando a soma das penas. O projeto propõe que as penas dos crimes não poderão ser somadas, mesmo que praticadas no mesmo contexto.

O texto também estabelece que, quando esses crimes forem cometidos em contexto de multidão, a pena será “reduzida de um terço a dois terços, desde que o agente não tenha praticado ato de financiamento ou exercido papel de liderança”. As regras favorecerão pessoas que participaram da depredação de prédios públicos em 8 de janeiro de 2023, mas não aquelas que financiaram ou lideraram os atos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

FLÁVIO BOLSONARO CITA BUKELE EM ALMOÇO COM EMPRESÁRIOS E VAI A ENCONTRO COM PABLO MARÇAL

Reunião busca aproximar senador da Faria Lima, após a repercussão negativa no mercado a partir do anúncio de sua pré-candidatura

Da Agência Brasil

O senador Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência da República, mencionou o presidente de El Salvador, Nayib Bukele, como referência para suas políticas de segurança pública, caso venha a se eleger, durante um almoço com empresários em São Paulo nesta quarta-feira, 17.

Organizado pelo ex-secretário de Desenvolvimento Social de São Paulo Filipe Sabará, o evento foi feito na casa de Gabriel Rocha, empresário da terceira geração da família fundadora da Riachuelo, e reuniu nomes de empresários de peso. Sabará realizou trabalho semelhante de aproximação com representantes do mundo dos negócios em campanhas para o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e para o ex-candidato a prefeito Pablo Marçal, no passado. Sabará também foi auxiliar de João Doria em duas gestões.

O encontro de Flávio com empresários trata-se de mais um movimento para aproximar o senador da Faria Lima após a repercussão negativa no mercado a partir do anúncio de sua pré-candidatura. Também visa tirar os empresários da órbita de Tarcísio.

O almoço contou também com a presença de Daniela Marques (Legend), Davide Marcovitch (LVMH), Daniel Mendez (Sapore), Luiz Messici (BMC), Mia Stark (Gazit Brasil), Ricardo Campos (Reach Capital) e Daniel Gonzalez (Fram Capital). Adolfo Sachsida, ex-ministro de Minas e Energia e ex-assessor especial de Assuntos Econômicos na gestão Guedes, também participou.

**O ENCONTRO DE FLÁVIO COM EMPRESÁRIOS TRATA-SE DE
MAIS UM MOVIMENTO PARA APROXIMAR O SENADOR DA
FARIA LIMA APÓS A REPERCUSSÃO NEGATIVA NO
MERCADO A PARTIR DO ANÚNCIO DE SUA PRÉ-
CANDIDATURA. TAMBÉM VISA TIRAR OS EMPRESÁRIOS DA
ÓRBITA DE TARCÍSIO**

É a segunda vez que Sabará leva o senador para estreitar laços com nomes do mercado. Os questionamentos que predominaram no almoço da semana passada, se a empreitada de Flávio era realmente definitiva ou apenas um balão de ensaio, estavam menos presentes, segundo relato de Sabará.

Em contrapartida, os empresários perguntaram a Flávio sobre questões econômicas e de segurança pública. Aí o senador citou o salvadorenho, conhecido por sua política de encarceramento em massa que fez despencar os índices criminais enquanto dispararam as denúncias de violação de direitos humanos.

Flávio afirmou aos participantes que teria uma política de “tolerância zero” com a violência urbana e se comparou com a postura do governo Lula que, segundo ele, é complacente com criminosos.

Após o almoço, ao qual chegou por volta das 15h, Flávio foi até Alphaville, em Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo, para se encontrar com o coach Pablo Marçal, candidato derrotado à Prefeitura de São Paulo em 2024. Marçal deve ajudar na campanha do senador à Presidência da República, segundo Sabará.

A lista de convidados tinha 40 investidores, empresários e executivos, com 20 deles comparecendo, e era o ponto alto da agenda marcada para aproximar o senador candidato à presidência do empresariado e dos representantes da Faria Lima. O encontro ocorreu a portas fechadas, sem a presença da imprensa. Segundo um participante do almoço, o senador abriu a conversa afirmando que sua candidatura é definitiva e que não há chance de recuo. Flávio reconheceu que enfrenta rejeição, mesmo ainda sendo desconhecido de boa parte da população, e atribuiu a resistência à sua candidatura ao sobrenome Bolsonaro. Disse, no entanto, que a rejeição deve cair à medida que o eleitorado perceber que ele é mais moderado que o pai.

Aos presentes, Flávio também afirmou que já trabalha na formulação de um plano de governo e que pretende anunciar com antecedência alguns nomes de um eventual ministério. Segundo ele, serão quadros técnicos. O ex-ministro da Economia Paulo Guedes foi avisado do almoço, mas estaria em viagem. Dois dos nomes próximos de sua gestão, no entanto, participam como mentores da campanha para a área econômica: o atual sócio de Guedes em investimentos Gustavo Montezano, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Adolfo Sachsida ex-ministro de Minas e Energia e ex-assessor especial de Assuntos Econômicos para a pasta que era comandada pelo ex-ministro.

O próprio senador levou o nome do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) à mesa. Disse que os dois caminharão juntos e negou que haja divisão no grupo.

Depois do evento, o pré-candidato disse à imprensa que o almoço com empresários em São Paulo teve como objetivo “acalmar a torcida” e reduzir a animosidade em torno da eventual candidatura do governador paulista, Tarcísio de Freitas (Republicanos), como nome da direita ao Palácio do Planalto.

“Foi mais uma conversa para mostrar que, a cada dia que passa, a candidatura é mais forte, mais viável e que será vitoriosa”, disse Flávio. ‘Para acalmar todos aqui com relação a essa torcida, por parte de alguns, de querer causar animosidade entre (Jair) Bolsonaro, Tarcísio e outros partidos, como União Brasil, Progressistas, PSD, Republicanos.

Flávio chegou por volta das 15h10, direto de Brasília, onde acompanhava a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado que votava o projeto de lei (PL) da Dosimetria. O almoço estava marcado para às 14 horas.

Na semana passada, Flávio Bolsonaro participou de um outro evento na quinta-feira, 11, com empresários no escritório do banco UBS, que foi seguido de encontros privados com investidores e empresários no mesmo dia, além de outro almoço para 40 convidados, do qual participaram Flávio Rocha (Riachuelo), Richard Gerdau (Gerdau), Alexandre Ostrowiecki (Multilaser), Helio Seibel (Duratex) e Mario Araripe (Casa dos Ventos). Foram mais de dez encontros privados desde a semana passada.

A expectativa para esta semana era fazer visitas do senador a dois bancos, na terça e na quarta-feira, no Itaú e no BTG. Com a proximidade do Natal e a agenda mais apertada, a estratégia mudou para a realização do almoço na casa de Kanner, segundo os organizadores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

CÂMARA APROVA REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS; PROJETO VAI AO SENADO

Texto ainda aumenta tributos para casas de aposta e fintechs

Da Agência Brasil



o texto segue para o Senado.

Texto aprovado pela Câmara prevê a redução de incentivos fiscais relativos ao PIS/Pasep, ao Pasep Importação, ao Cofins, ao Cofins Importação, ao IPI, ao IRPJ e à CSLL, entre outros

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite dessa terça-feira (16) um projeto de lei que aprimora a transparência e fiscalização de benefícios fiscais concedidos. O texto também reduz em 10% esses benefícios de diversos setores. Agora,

O projeto prevê a redução de incentivos fiscais relativos ao Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e Pasep Importação, Cofins e Cofins Importação; Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); imposto de importação e contribuição previdenciária do empregador e empresa.

O relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que a “concessão indiscriminada” de benefícios fiscais corrói o sistema tributário, tornando-o desigual, injusto e ineficiente.

“Não somos contrários a políticas de estímulo a setores estratégicos da economia. No entanto, o uso de benefícios fiscais para esse fim costuma ser a ferramenta mais dispendiosa, menos eficaz e menos transparente e, em muitos casos, serve apenas para beneficiar interesses privados sem gerar retorno social”.

De acordo com o texto, o Poder Executivo terá poder de decisão na redução dos benefícios, já que essa redução impacta no orçamento.

A opção de redução inclui os benefícios do Regime Especial da Indústria Química (Reiq); de crédito presumido de IPI obtido por empresa exportadora quanto à compra, no mercado interno, de embalagens e matérias-primas; e de crédito presumido de PIS/Cofins, inclusive na importação, em vários casos. Entre eles, nos casos de produtos farmacêuticos, mercadorias de origem animal. Também pode haver redução de benefícios no setor de fertilizantes e agrotóxicos.

Existe uma lista de setores que ficam de fora dessa possibilidade de redução. Entre elas, produtos da cesta básica nacional, benefício concedido a entidade filantrópica sem fins lucrativos, desoneração da folha de pagamentos e benefícios ligados aos programas Minha Casa, Minha Vida e Universidade para Todos.

Aumento de impostos

O projeto ainda prevê o aumento de tributos para os serviços de apostas online, as chamadas bets, e para fintechs (empresas digitais com atuação no mercado financeiro). No caso das bets, o imposto passaria dos atuais 12% para 13% em 2026 e 14% em 2027, chegando a 15% em 2028.

Já as fintechs deixariam de pagar 15% de CSLL e passariam a recolher 17,5% até 31/12/2027 e 20% a partir de 2028.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

ALESP APROVA PROJETO QUE ISENTA DE IPVA DE MOTOS DE ATÉ 180 CILINDRADAS

Projeto, de autoria do Governo de São Paulo, foi elaborado para beneficiar trabalhadores de aplicativos de entregas

Do Estadão Conteúdo



Projeto, segue para a sanção do governador Tarcísio de Freitas, prevê que a isenção entre em vigor a partir do próximo ano

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou na tarde desta quarta-feira, 17, proposta do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que isenta do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) motos de até 180 cilindradas. A medida, que foi aprovada em votação simbólica, é um aceno aos trabalhadores de aplicativo.

O projeto foi enviado no último dia 11 de dezembro e tramitou em regime de urgência. A pressa tem explicação: por alterar um tributo, o texto precisava ser aprovado ainda neste ano para a isenção entrar em vigor no ano eleitoral de 2026. O texto também perdoa dívidas referentes ao IPVA de pessoas com deficiência.

Inicialmente, Tarcísio havia proposto a isenção para motos de até 150 cilindradas. Porém, a oposição, liderada pelo PT, que já havia um projeto mais abrangente em tramitação até 170 cilindradas apresentado pela deputada Beth Sahão (PT). Na manhã desta quarta, Tarcísio enviou um aditivo ampliando o benefício para motos de até 180 cilindradas.

A estimativa inicial do governo é que a isenção custaria R\$ 432 milhões em 2026, R\$ 459 milhões em 2027 e R\$ 486 milhões em 2028 totalizando R\$ 1,3 bilhão. O Estadão pediu ao Palácio dos Bandeirantes o cálculo do impacto com a mudança para 180 cilindradas, mas não houve resposta.

Durante a sessão na Alesp, nenhum deputado da base governista discursou para defender o projeto. A justificativa do governo para a proposta foi que a isenção beneficiará quem usa as motos para trabalhar como, por exemplo, entregadores de aplicativo.

“Isentar o IPVA desses veículos evitaria onerar de forma desproporcional quem mais depende deles, muitas vezes utilizados de maneira empreendedora, como instrumento de trabalho e geração de renda”, escreveu o secretário da Fazenda, Samuel Kinoshita, no projeto enviado aos deputados.

O PT declarou apoio à proposta. “Mas nós cobramos, da mesma forma que veio a mensagem para aumentar de 150 para 180 cilindradas, teria que vir também a adequação em relação ao orçamento que aprovamos para garantir a isenção em 2026. Somos favoráveis a esse projeto”, discursou o deputado Luiz Cláudio Marcolino (PT).

O projeto segue agora para sanção do governador Tarcísio de Freitas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

ENTIDADES DO SETOR PORTUÁRIO VÃO AO SENADO PEDIR MUDANÇAS EM PLP SOBRE BENEFÍCIOS

Texto aprovado pela Câmara prevê corte linear de 10% e preocupa operadores de logística e infraestrutura

Do PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redabenews.com.br



Para os representantes insatisfeitos com o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, a proposta coloca em risco programas fundamentais ao segmento, como o Reporto e o Reidi

Entidades ligadas ao setor portuário vão ao Senado, nos próximos dias, reivindicar alterações no texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) 128/25, que, entre outros pontos, reduz em 10% os benefícios fiscais federais de diversos setores e aumenta a tributação de bets e fintechs. A matéria foi aprovada pelo plenário da Câmara dos Deputados na terça-feira, 16.

Entre os insatisfeitos com o texto aprovado pela Câmara estão a Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), a Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), e a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP). Representantes dessas entidades disseram que, tanto emendas apresentadas durante a votação do PLP, quanto destaque, foram rejeitados. Segundo eles, entre os senadores a serem contatados na tentativa de alterar a redação do projeto estão o presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), o senador Wellington Fagundes PL-MT, e o senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Cássio Bichara, advogado e representante de entidades do setor portuário, explicou ao BE News que o principal objetivo da abordagem no Senado é sugerir a inclusão de uma emenda que proteja os investimentos em infraestrutura logística e portuária. Segundo ele, ao propor o corte linear de 10% em benefícios fiscais, a proposta coloca em risco programas fundamentais ao segmento, como o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) e o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi).

“O Reidi e o Reporto não são ‘renúncia fiscal’, mas incentivos com prazo certo e contrapartida obrigatória de investimentos”, afirmou Bichara.

Ele explicou que só no setor portuário esses regimes viabilizaram mais de R\$ 28 bilhões, desde 2023.

“Os regimes sustentam milhares de empregos, foram preservados no âmbito da Reforma Tributária, de modo que aplicar, agora, o corte linear de 10% geraria insegurança jurídica e afastaria capital privado. Na prática, essa redução teria efeito meramente transitório, por cerca de 9 meses, no período compreendido entre janeiro de 2026, quando ocorre a publicação, e os efeitos a partir de abril de 2026, quando PIS/Cofins e o IPI são substituídos pela CBS [Contribuição Social de Bens e Serviços]. Ou seja, cria risco regulatório, quebra expectativas e estimula judicialização, sem ganho fiscal relevante”, explicou Cássio Bichara.

Conforme o documento obtido pelo BE News, as entidades pretendem abordar os senadores justificando que a emenda proposta por elas para alterar a redação do PLP tem como objetivo

assegurar coerência jurídica, rationalidade econômica e segurança regulatória ao Reidi e ao Reporto.

“A redação atualmente proposta condiciona a exclusão da redução linear de benefícios à existência de investimento previsto em projeto aprovado pelo Poder Executivo Federal, além de vincular tal conceito a um marco temporal específico. Esse critério não reflete a realidade normativa e operacional de regimes estruturantes da política pública de infraestrutura, em especial o Reporto, cuja fruição se dá por habilitação administrativa, condicionada ao cumprimento permanente de requisitos legais e à realização de investimentos obrigatórios em bens e equipamentos destinados ao ativo imobilizado”, diz trecho do documento ao qual o BE teve acesso.

O projeto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Segundo ele, os cortes de benefícios serão viabilizados de acordo com o tipo de mecanismo de concessão. Novas regras de transparência e controle de resultados passam a figurar na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O relator afirmou que a “concessão indiscriminada” de benefícios fiscais corrói o sistema tributário, tornando-o desigual, injusto e ineficiente.

Na terça, frentes parlamentares ligadas a entidades dos setores portuário e de energia emitiram comunicado para alertar sobre os prejuízos às atividades das cadeias produtivas dos segmentos caso a redação do PLP fosse aprovada. Segundo os colegiados, o risco principal para as atividades de ambos os segmentos era o da aplicação de uma ‘réguia única’ para setores completamente diferentes.

“Um país que deseja crescer precisa olhar para sua economia de forma sistêmica, não burocrática. A padronização excessiva é inimiga da eficiência e o Brasil precisa de uma lei que funcione para a sua realidade plural, e não de uma teoria econômica perfeita no papel, mas desastrosa na prática. Abordar atividades com ciclos, custos e dinâmicas tão distintas com a mesma métrica não é isonomia, é a definição clássica de tratar os desiguais como iguais. Ao desconsiderar as especificidades, a proposta gera distorções que precisam ser corrigidas agora”, dizia parte do documento emitido pelas frentes parlamentares, entre elas, a Frenlogi.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

PONTOS DO PARANÁ ASSEGURA R\$ 5,1 BILHÕES APÓS NOVE LEILÕES E PLANEJA OBRAS

Complexo portuário projeta salto de eficiência com construção de novos píeres e aprofundamento da dragagem para receber navios maiores

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



O consórcio vencedor do leilão do canal de acesso ao Porto de Paranaguá irá administrar a dragagem por 25 anos, prometendo garantir previsibilidade e segurança à navegação

A Portos do Paraná garantiu R\$ 5,1 bilhões em investimentos na estrutura portuária após realizar nove leilões que regularizaram 100% das áreas. Além dos valores contratuais, a Autoridade Portuária aplicará mais R\$ 1,3 bilhão, proveniente das outorgas, na modernização do segundo maior porto do Brasil.

O governador do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, destaca o pioneirismo do estado no setor ao afirmar que o Paraná foi a primeira autoridade portuária brasileira a obter a delegação de competências para realizar seus próprios leilões, a primeira a regularizar 100% das áreas e a primeira a leiloar o próprio Canal de Acesso.

A principal mudança trazida pelas concessões é a segurança jurídica. Até 2018, diversas áreas operavam sob contratos precários, alguns há mais de uma década, o que impedia novos investimentos e prejudicava a remuneração da Autoridade Portuária. A regularização permitirá aportes financeiros em todo o complexo, elevando a produtividade do hub logístico. Entre as grandes obras previstas estão a construção do Píer em "T" (novo corredor de exportação leste) e do Píer em "F" (corredor oeste), além da expansão do píer de líquidos. A primeira fase do Píer em "T", orçada em R\$ 1,2 bilhão, contará com um sistema moderno de esteiras capaz de elevar a movimentação de grãos de 3 mil para 8 mil toneladas por hora em cada berço.

O cronograma de investimentos das arrendatárias varia de cinco a sete anos. Algumas áreas, como os PARs 01 (papel e celulose), 12 (veículos) e 32 (carga geral), já concluíram as obras contratuais. O PAR01, por exemplo, recebeu R\$ 146 milhões e movimentou mais de 500 mil toneladas de celulose somente em 2024.

O leilão do canal de acesso, realizado em outubro, marcou outro avanço significativo. O consórcio vencedor administrará a dragagem por 25 anos, garantindo previsibilidade e segurança à navegação. A principal intervenção será o aprofundamento do canal, cujo calado passará de 13,3 metros para 15,5 metros em até cinco anos. Essa alteração permitirá que o porto receba navios porta-contêineres do tipo 366, com até 14 mil TEU, e aumente drasticamente a capacidade de carga por embarcação. Navios graneleiros poderão carregar até 125 mil toneladas de soja e milho, superando a média atual de 78 mil toneladas.

Além do ganho operacional, o modelo gerou benefícios diretos aos usuários. O Consórcio Canal da Galheta Dragagem, formado pelas empresas FTS Participações Societárias S.A., Deme Concessions NV e Deme Dredging NV, venceu a disputa ao oferecer o desconto máximo da tarifa, 12,63%, taxa paga pelos navios para acessar o porto. Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o modelo adotado em Paranaguá servirá de referência para futuros leilões em portos como Santos, Itajaí e Rio Grande.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

GOVERNO FEDERAL LEILOARÁ QUATRO TERMINAIS PORTUÁRIOS POR R\$ 229 MILHÕES

Certame em fevereiro vai envolver estruturas em Macapá, Natal, Porto Alegre e Recife; projeto visa descentralizar a logística e fortalecer o turismo e o escoamento de cargas

Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



Destinado à movimentação de granel sólido, o terminal POA26, no complexo de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, terá investimentos do governo da ordem de R\$ 21,13 milhões

O Ministério de Portos e Aeroportos, em parceria com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), realizará o primeiro bloco de leilões de terminais portuários na B3, em São Paulo, no dia 26 de fevereiro. O certame, com data confirmada nesta quarta-feira (17), abrange quatro terminais localizados nas regiões Norte, Sul e Nordeste, somando um total de R\$ 229 milhões em investimentos previstos para a movimentação de cereais, granéis, minerais e passageiros.

Segundo o ministro Silvio Costa Filho, a ação dá continuidade ao maior programa de concessões portuárias do país, com o objetivo de ampliar a eficiência operacional e promover o desenvolvimento

regional descentralizado. O ministro ressaltou que, desde 2023, o governo já realizou 26 leilões no setor, acumulando R\$ 15,5 bilhões em investimentos.

Frederico Dias, diretor-geral da Antaq, destacou que este leilão reflete uma visão de longo prazo para a infraestrutura aquaviária, buscando transformar a infraestrutura em desenvolvimento e garantir um ambiente regulatório seguro. A diversidade de movimentação foi apontada como um destaque pelo secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, que informou que a pasta já trabalha nos próximos certames. Entre os planos futuros está o leilão do terminal de contêineres do Porto de Santos (Tecon Santos 10), aprovado pelo TCU e previsto para março, com um roadshow de apresentação agendado para janeiro.

O terminal que receberá o maior volume de recursos é o MCP01, no Porto de Santana (AP), estratégico para o escoamento de grãos e cavaco de madeira na região Norte, com previsão de R\$ 150,20 milhões em investimentos e concessão de 25 anos.

No Nordeste, o terminal NAT01, em Natal (RN), focado no escoamento de minério de ferro, terá um contrato de 15 anos com R\$ 55,17 milhões previstos. Ainda na região, o Terminal de Passageiros de Recife (PE) receberá R\$ 2,3 milhões para fortalecer o circuito de cruzeiros integrado a Fortaleza, Maceió e Salvador. Completando o bloco, o terminal POA26, em Porto Alegre (RS), destinado à movimentação de granel sólido, terá investimentos de R\$ 21,13 milhões para modernização dos portos do Sul durante um arrendamento de 10 anos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

APS RECEBE PROPOSTAS ÚNICAS PARA DOIS CONDOMÍNIOS LOGÍSTICOS

Licitações preveem contraprestações mensais de R\$ 289 mil e R\$ 165 mil e avançam para a fase de habilitação

Do CÁSSIO LYRA cassio.lyra@redebenews.com.br

A localização do futuro condomínio visa atender o cluster de contêineres da margem direita do porto e, de acordo com a APS, será estratégica para a operação do Tecon Santos 10

A Autoridade Portuária de Santos (APS) realizou duas licitações referentes aos projetos para criação de dois condomínios logísticos, um em Santos e outro em Guarujá. Em sessão pública realizada na sede da companhia na quarta-feira (17), os projetos receberam duas propostas únicas, uma para cada área.

Para a área de Santos, o Consórcio Portlog ofereceu proposta de R\$ 289 mil de contraprestação fixa mensal pelo espaço. Já a área do Guarujá foi arrematada pelo Consórcio Marlog-Petasalis Logística, com proposta de R\$ 165 mil mensais.

De acordo com a APS, ambas as cessões incluem as construções necessárias para a implantação dos futuros condomínios logísticos.

A APS reiterou que, como não houve concorrentes no processo licitatório — uma vez que outras duas propostas, uma para cada espaço, foram inabilitadas por inconsistências documentais —, as ofertas foram aceitas pela Autoridade Portuária. Agora, dando continuidade ao processo de licitação, os proponentes terão seus documentos de habilitação verificados e, caso estejam regulares, serão feitas as convocações para a assinatura dos respectivos contratos.

O projeto para os novos condomínios logísticos foi divulgado pela APS em outubro deste ano. A iniciativa se insere no contexto do crescimento do volume de cargas transportadas pelo porto e da necessidade de avanços em termos de logística. Atualmente, cerca de 8 mil caminhões por dia circulam pela região em função das atividades portuárias.

Projeto

O terreno em Santos possui 242 mil metros quadrados e está localizado na Avenida Augusto Barata, do lado oposto ao terminal da BTP (Brasil Terminal Portuário). A área prevê a instalação de 530 vagas, além de serviços voltados às cargas e aos contêineres, direcionados à manutenção, certificação, transformação, locação, compra e venda de contêineres, contribuindo para a eficiência e a sustentabilidade da cadeia logística.

O condomínio vai contar também com serviços voltados ao motorista e ao veículo, destinados à organização do fluxo de entrada e saída de caminhões e ao atendimento das demandas operacionais e de bem-estar dos condutores.

A localização do futuro condomínio visa atender o cluster de contêineres da margem direita do Porto de Santos e, segundo a APS, será estratégica para a operação do Tecon Santos 10.

Em Guarujá, a área total da cessão possui 163,1 mil metros quadrados, que serão divididos entre um pátio regulador e uma área de serviços de apoio logístico. O espaço é conhecido dentro do Porto Organizado como Área nº 41, no bairro Conceiçãozinha. O município de Guarujá, que abriga importantes terminais da margem esquerda do Porto de Santos, não possui nenhum pátio regulador.

O terreno será dividido em Área A (norte), destinada à implantação de pátio regulador de caminhões, com 417 vagas e área total de 73.496 metros quadrados, e Área B (sul), destinada a serviços de apoio logístico, com área total de 89,6 mil metros quadrados e 50,2 mil metros quadrados de armazéns cobertos a serem explorados pelo cessionário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

DECISÃO SOBRE AUDIÊNCIAS PARA CONCESSÃO DO CANAL DO PORTO SÓ EM 2026 FORTE EM SP

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebenews.com.br



De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, o leilão do canal de acesso deveria seguir o modelo definido para o canal do Porto de Paranaguá, que foi aprovado pelo TCU

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) retirou da pauta da reunião deliberativa desta quarta-feira, 17, a votação da abertura da consulta pública sobre a concessão do canal de acesso do Porto de Santos (SP). A informação foi confirmada pela reportagem do BE News junto à assessoria de comunicação da agência. O tema estava sendo

analisado nesta semana, na segunda-feira, 15, e o prazo de encerramento era nesta quarta, período para que os diretores pudessem se manifestar acerca da pauta, mas segundo a Antaq, só voltará a ser apreciado no ano que vem. O motivo do adiamento da pauta não foi informado.

As audiências públicas são etapas essenciais para a continuidade do processo de concessão do ativo. As contribuições recebidas subsidiam o projeto que será encaminhado ao Ministério de Portos e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 4 de julho deste ano, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, anunciou o início do processo de licitação do canal de acesso ao equipamento. À época, os investimentos anunciados estavam na casa dos R\$ 6,45 bilhões, e a previsão era que o leilão acontecesse em 2025. A Autoridade Portuária de Santos também acreditava que o certame ocorresse no último mês de novembro. Agora, com o adiamento da decisão da diretoria da Antaq, a realização do início do rito do processo, eminentemente, será atrasado.

A expectativa de Costa Filho era que o projeto levasse à ampliação da eficiência e capacidade da operação portuária de Santos, permitindo o acesso de navios maiores ao porto, além de operações mais sustentáveis. Conforme a pasta, o leilão do canal de acesso deveria seguir o modelo definido para o canal do Porto de Paranaguá, no Paraná, que foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União.

O secretário nacional de Portos, Alex Ávila, disse que o calado do Porto de Santos seria ampliado, gradualmente, de 15 metros de profundidade para 17 metros. Atualmente, o equipamento recebe em média 4,5 mil navios por ano, com destaque para a movimentação de granéis sólidos, como soja, açúcar e milho. Cada centímetro a mais no calado do canal de acesso corresponde a um aumento de 60 toneladas de carga no porão do navio.

O Porto de Santos é o maior equipamento nacional em valores de carga movimentadas, responsável por cerca de 25% do comércio exterior brasileiro. Em 2024, o porto registrou movimentação de quase 140 milhões de toneladas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

MP CRIA LINHA DE ATÉ R\$ 6 BILHÕES PARA RENOVAÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES

Medida assinada por Lula prevê financiamentos via BNDES para caminhoneiros e empresas do transporte rodoviário de cargas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



A medida beneficia transportadores autônomos de cargas, pessoas físicas associadas a cooperativas, empresários e pessoas jurídicas do setor de transporte rodoviário de cargas

O Governo Federal editou a Medida Provisória nº 1.328, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que cria uma linha de financiamento para a renovação da frota de caminhões no país. A iniciativa, publicada em edição extra do Diário Oficial da União desta terça-feira, 16 de dezembro, destina até R\$ 6 bilhões para apoiar caminhoneiros e empresas do setor de transporte rodoviário de cargas na aquisição de caminhões novos ou seminovos, fortalecendo a atividade logística e estimulando a modernização da frota nacional.

Os recursos serão repassados pelo Ministério da Fazenda ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que atuará como agente financeiro, podendo operar diretamente ou por meio de instituições financeiras por ele habilitadas. A medida beneficia transportadores autônomos de cargas, pessoas físicas associadas a cooperativas, empresários individuais e pessoas jurídicas do setor de transporte rodoviário de cargas.

A Medida Provisória prevê que os financiamentos poderão ser combinados com recursos próprios do BNDES e deverão atender a critérios mínimos de conteúdo nacional e sustentabilidade ambiental, social e econômica, definidos pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). No caso de caminhões novos, apenas veículos de fabricação nacional credenciados pelo BNDES poderão ser financiados.

Taxas de juros, prazos e carência serão estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O texto também autoriza a adoção de condições diferenciadas para quem entregar veículos antigos como contrapartida, especialmente caminhões com mais de 20 anos de uso, além de incentivar a aquisição de modelos mais eficientes por transportadores autônomos.

Dívidas rurais

Além do apoio aos caminhoneiros, a nova MP altera a Medida Provisória nº 1.314, de setembro deste ano, para permitir a liquidação também dos financiamentos contraídos no Plano Safra 2024/2025.

A medida contempla operações contratadas entre 1º de julho de 2024 e 30 de junho de 2025, inclusive aquelas que tenham sido renegociadas ou prorrogadas, abrangendo situações de inadimplência registradas até 15 de dezembro deste ano. A iniciativa amplia o alcance da Medida Provisória nº 1.314, de 2025, para atender aos produtores rurais afetados por problemas climáticos que atingiram a produção da safra 2024/2025.

A nova MP integra o esforço do Governo do Brasil para estimular a economia real, fortalecer setores estratégicos como o transporte e o agronegócio e oferecer condições concretas para a retomada da capacidade produtiva, com responsabilidade fiscal e em conformidade com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

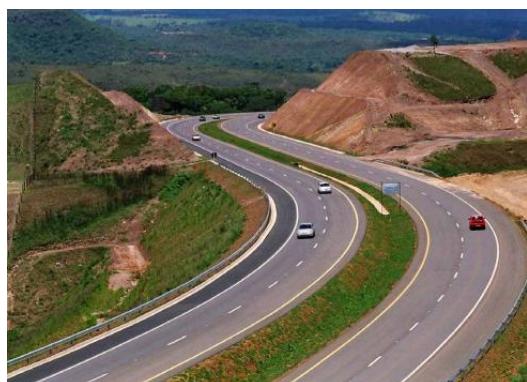
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

PESQUISA DA CNT INDICA MELHORA NO ESTADO DAS RODOVIAS BRASILEIRAS EM 2025

Levantamento que completa 30 anos aponta avanço dos trechos Ótimos e Bons e queda expressiva das vias Ruins ou Péssimas

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Segundo os dados consolidados da pesquisa, financiada pelo Sest Senat, 37,9% da extensão analisada, o equivalente a 43.301 quilômetros, foi classificada como Ótima ou Boa

A Pesquisa CNT de Rodovias, divulgada na quarta-feira (17), completa 30 anos em 2025 indicando melhora no estado geral da malha viária brasileira em relação ao levantamento anterior. Realizado de forma contínua desde 1995, o estudo avaliou neste ano 114.197 quilômetros de rodovias pavimentadas em todo o país e registrou aumento na proporção de trechos classificados como Ótimos ou Bons, além de redução significativa daqueles considerados Ruins ou Péssimos.

De acordo com os dados consolidados da pesquisa, financiada pelo Sest Senat, 37,9% da extensão analisada — o equivalente a 43.301 quilômetros — foi classificada como Ótima ou Boa em 2025. Em 2024, essa proporção era de 33,0%, ou 36.814 quilômetros, o que representa um avanço de quase cinco pontos percentuais em um ano. No sentido oposto, os trechos enquadrados como Ruins ou Péssimos passaram de 26,6% da malha avaliada, ou 29.776 quilômetros, para 19,1%, correspondentes a 21.804 quilômetros, uma redução de 7,5 pontos percentuais.

A categoria Regular manteve participação semelhante na comparação anual, passando de 40,4% em 2024 (45.263 quilômetros) para 43,0% em 2025 (49.092 quilômetros). Segundo a CNT, o resultado reflete uma recomposição gradual da qualidade da infraestrutura rodoviária após um período de deterioração observado em anos anteriores.

O presidente do Sistema Transporte, Vander Costa, destaca que a Pesquisa CNT de Rodovias, ao completar três décadas, se consolidou como instrumento de referência para o setor. Segundo ele, o levantamento tem papel central na orientação de políticas públicas, no direcionamento de investimentos e no planejamento logístico das atividades de transporte de cargas e passageiros. “Esta edição comprova que investimentos em infraestrutura geram resultados concretos.

Reconhecemos os avanços recentes e os esforços do poder público para ampliar e qualificar a malha rodoviária brasileira. Já é possível perceber uma retomada no ritmo necessário de investimentos, mas é fundamental mantê-lo e ampliar ainda mais os recursos destinados ao setor", afirma.

A classificação do Estado Geral das rodovias considera três dimensões principais: Pavimento, Sinalização e Geometria da Via. Em cada uma delas, são analisadas variáveis como as condições da superfície de rolamento, da sinalização vertical e horizontal, do acostamento, das curvas, das pontes e de outros elementos estruturais.

Na avaliação específica de 2025, 32,5% dos trechos tiveram o pavimento classificado como Ótimo, enquanto 11,0% foram considerados Bons. Outros 37,0% ficaram na categoria Regular, 15,0% foram avaliados como Ruins e 4,5% como Péssimos. No caso da sinalização, 16,8% dos trechos receberam classificação Ótima e 33,6% Boa, ao passo que 33,5% ficaram como Regular, 9,7% como Ruim e 6,4% como Péssima. Já a geometria da via apresentou 20,8% de trechos Ótimos, 17,0% Bons, 28,3% Regulares, 20,7% Ruins e 13,2% Péssimos.

O levantamento também detalha os resultados conforme o tipo de gestão das rodovias. Nas vias concedidas à iniciativa privada, houve redução expressiva da extensão classificada como Ruim em comparação com 2024. Em 2025, apenas 618 quilômetros de rodovias concedidas receberam essa avaliação, frente a 1.609 quilômetros no ano anterior, o que corresponde a uma queda de 61,6%. Nas rodovias sob gestão pública, a redução foi de 23,3%, com a extensão classificada como Ruim passando de 21.630 quilômetros para 16.594 quilômetros.

Concessões e recursos

Segundo a CNT, o avanço no estado geral da malha em 2025 está associado, entre outros fatores, à ampliação do modelo de concessões e ao direcionamento mais eficiente de recursos para a manutenção das rodovias públicas. Para a entidade, esse movimento tem reflexos diretos na segurança e no conforto dos usuários.

"As concessões realizadas em 2025 foram decisivas para melhorar a qualidade das rodovias brasileiras. Elas trouxeram investimentos em manutenção e modernização, aumentando a segurança e o conforto dos usuários. Esse modelo complementa os esforços do poder público e garante vias melhores para o desenvolvimento do país", afirma Vander Costa.

A CNT ressalta, no entanto, que a continuidade dos avanços depende da regularidade dos investimentos e de planejamento de longo prazo. O estudo menciona a adoção de soluções tecnológicas e construtivas, como pavimentos mais duráveis e resilientes e o uso do Building Information Modeling (BIM), como instrumentos capazes de elevar a eficiência logística e contribuir para a consolidação de uma malha rodoviária considerada moderna e sustentável.

Outro indicador destacado pela Pesquisa CNT de Rodovias 2025 é a redução do número de pontos críticos ao longo das estradas. Esses pontos, caracterizados por problemas graves que oferecem risco elevado aos usuários, passaram de 2.446 em 2024 para 2.144 em 2025. A maioria das ocorrências ainda está relacionada a buracos de grandes dimensões, mas o levantamento também aponta diminuição de casos de erosões, quedas de barreira e outros defeitos estruturais. Para a CNT, a tendência sugere efeitos positivos dos investimentos recentes na conservação das rodovias.

Desde sua criação, a Pesquisa CNT de Rodovias é apresentada como a mais abrangente análise da infraestrutura rodoviária brasileira. O estudo cobre a totalidade das rodovias federais pavimentadas, todas as rodovias concedidas e os principais trechos das rodovias estaduais, permitindo comparações ao longo de uma série histórica de três décadas. Em 2025, a coleta de dados foi realizada por 24 equipes ao longo de 30 dias, entre 30 de junho e 29 de julho, com uso integral de ferramentas digitais e recursos de inteligência artificial, segundo a CNT, para ampliar a precisão e a confiabilidade das informações.

MÁ QUALIDADE DO PAVIMENTO ELEVA CUSTOS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO, APONTA CNT

Pesquisa estima aumento médio de 31,2% nos custos operacionais e desperdício anual de R\$ 7,2 bilhões em diesel

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O levantamento da CNT estima que a má qualidade do pavimento gera um desperdício anual de aproximadamente R\$ 7,2 bilhões apenas com o consumo adicional de diesel

A edição 2025 da Pesquisa CNT de Rodovias, divulgada na quarta-feira (17) pela Confederação Nacional do Transporte, aponta que a qualidade do pavimento tem impacto direto

sobre os custos da operação de transporte no país. De acordo com o levantamento, quanto pior a condição da via, maiores tendem a ser o consumo de combustível, o desgaste dos veículos e o tempo de deslocamento.

Considerando os trechos classificados como Bom, Regular, Ruim ou Péssimo, a CNT estima que a condição do pavimento eleve, em média, em 31,2% os custos operacionais do transporte rodoviário no Brasil. Nas rodovias sob gestão pública, onde 64,4% dos trechos apresentam algum problema no pavimento, o aumento médio dos custos pode chegar a 35,8%. Já nas rodovias concedidas, 34,4% dos trechos apresentam irregularidades, resultando em um acréscimo médio de até 18,4% nos custos operacionais em comparação com rodovias classificadas como Ótimas.

O levantamento estima ainda que a má qualidade do pavimento gera um desperdício anual de aproximadamente R\$ 7,2 bilhões apenas com o consumo adicional de diesel, calculado em cerca de 1,2 bilhão de litros. Segundo a CNT, esse montante seria suficiente para financiar iniciativas de baixo carbono, como a aquisição de caminhões elétricos, a produção de combustíveis renováveis ou ações de reflorestamento.

Na área de segurança viária, a Pesquisa CNT de Rodovias relaciona a deficiência da infraestrutura a elevados custos econômicos e sociais. Entre janeiro de 2016 e julho de 2025, foram registrados 697.435 acidentes nas rodovias federais monitoradas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). O custo econômico acumulado desses acidentes é estimado em R\$ 149,67 bilhões, valor que inclui despesas com atendimentos de emergência, perdas de cargas, danos aos veículos e outros impactos sociais.

De acordo com a CNT, os dados reforçam a importância da manutenção do ciclo de investimentos em infraestrutura rodoviária, com foco na elevação do padrão de conservação das vias. A entidade associa a melhoria da qualidade das rodovias à redução de custos operacionais, de emissões e de riscos para empresas transportadoras e demais usuários da malha viária brasileira.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/12/2025

TRANSNORDESTINA INICIA TESTES OPERACIONAIS EM TRECHO ENTRE PIAUÍ E CEARÁ

Primeira locomotiva deve percorrer 585 quilômetros com carga de milho após liberação ambiental

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Para garantir que a produção do Nordeste chegue rapidamente aos centros de consumo via ferrovia Transnordestina, a TLSA planeja a instalação de seis a oito terminais logísticos

A Ferrovia Transnordestina inicia nesta semana um teste operacional no trecho de 585 km entre os lotes de Bela Vista do Piauí (PI) e Iguatu (CE). A primeira locomotiva está prevista para partir na quinta-feira (18), em uma composição com 20 vagões carregados de milho. Serão realizados testes de carga, descarga e operação em marcha.

O transporte de mercadorias na malha ferroviária foi liberado na última quinta-feira (11), com a emissão da Licença de Operação (LO) pelo Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Segundo a Transnordestina Logística (TLSA), concessionária responsável pela construção e operação da ferrovia, o início efetivo da operação comissionada será programado junto com o Governo Federal, e os governos dos estados do Ceará e do Piauí.

Projetada para o transporte de cargas de alto desempenho, a ferrovia transportará mercadorias como grãos, algodão, minérios, gesso/gipsita e contêineres, quando a operação comercial for oficialmente autorizada. “A partir do momento que essa ferrovia chegar no Porto de Pecém (PE), ela ganha uma nova escala, uma nova possibilidade, inclusive mais oportunidades para a gente viabilizar outras expansões”, ressaltou Eduardo Tavares, secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do MDIR.

Para garantir que a produção do Nordeste chegue rapidamente aos centros de consumo, a TLSA planeja a instalação de seis a oito terminais logísticos. Entre as estruturas previstas, destacam-se pontos estratégicos como Eliseu Martins e Bela Vista do Piauí (PI), Trindade e Salgueiro (PE), além de Missão Velha, Maranguape e o Porto do Pecém (CE).

Este último contará com o TUP NELOG, um terminal de uso privado do Grupo CSN que conectará as ferrovias FTL e TLSA ao porto, facilitando fluxos de exportação e importação.

A viabilização dessas estruturas de armazenamento e movimentação de cargas conta com diferentes modelos de investimento e parcerias. A própria TLSA assumirá a construção e a operação de parte dos terminais. No Piauí, a unidade de Bela Vista deve receber cerca de R\$ 50 milhões em investimentos. Já no Ceará, a primeira fase do terminal TUP NELOG está orçada em R\$ 900 milhões.

Até o momento, os terminais de Iguatu, Quixeramobim e Quixadá serão de parceiros privados. Essas colaborações devem seguir um modelo de “condomínio”, em que as empresas parceiras instalam suas operações dentro da área de concessão da ferrovia, potencializando a eficiência logística da região.

Financiamento

Na última semana, foi assinada a ordem de serviço de infraestrutura para os lotes MVP 9 e 10, correspondentes aos lotes de Baturité e Aracoiaba. Com 100% das obras mobilizadas no Ceará, o projeto já gera mais de 6,5 mil empregos diretos.

Desde 2023, os recursos que financiam a conclusão da Transnordestina vêm sendo captados pela Secretaria Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (SNFI/MIDR). A finalização dos 19 lotes, que compreendem a Fase I da construção da ferrovia, será viabilizada com o investimento total de R\$ 8 bilhões, dos quais R\$ 4,4 bilhões são de contribuição da pasta.

O valor inclui recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e do leilão do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 18/12/2025

GOVERNO VAI INVESTIR EM TRENS E VLTS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE

Parceria entre União e Pernambuco prevê reforço da frota, obras e transferência de ativos da CBTU
Da Redação redacao.jornal@redabenews.com.br



A Rede Metroferroviária da Região Metropolitana do Recife possui 71,4 km de trilhos, cinco linhas e 37 estações, que transportam entre 160 mil e 180 mil passageiros por dia

O governo federal vai disponibilizar R\$ 4 bilhões em cinco anos para obras e também aquisição de 18 novos trens e quatro novos veículos leves sobre trilhos (VLTs). O acordo foi celebrado nesta terça-feira (16), no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). A concessão terá prazo de 30 anos.

Para o ano que vem, estão previstos recursos da ordem de R\$ 57 milhões para obras civis, recuperação de coberturas e contratação de serviços para melhorar as condições de conforto e segurança nas estações de trens e metrôs.

A cooperação técnica entre a União e o estado de Pernambuco foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, em Brasília.

“A gente quer garantir o direito do povo de levantar de manhã e encontrar um transporte bom para ir trabalhar. O direito de sair de uma empresa à tarde e voltar para casa para cuidar da família num transporte de qualidade é sagrado”, disse Lula, conforme divulgado em nota pelo Palácio do Planalto.

Segundo o acordo, o objetivo é estruturar o projeto de transferência de ativos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) para o governo estadual, com base em estudo elaborado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O processo licitatório será acompanhado pelo Ministério das Cidades e pela Casa Civil.

A CBTU vai promover o reforço da frota com a incorporação de 11 trens, adquiridos ou transferidos de outras praças de operação da empresa.

Segundo o ministro das Cidades, Jader Filho, as medidas iniciais já estão autorizadas a começar.

“Este é um momento crítico, mas estamos avançando com soluções concretas. Já estão garantidos R\$ 57 milhões em investimentos iniciais para melhorias nas estações, com ações autorizadas a começar imediatamente”, destacou.

Uma melhoria proposta pelo sistema é o sistema de integração, que consiste em o passageiro pagar uma tarifa única e integrada em toda a rede de transporte público durante um determinado período de tempo.

“Se uma pessoa entrar no metrô e quiser ir de uma ponta a outra da cidade, durante duas horas, ela só paga apenas uma passagem”, ressaltou o ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Costa ainda assumiu o compromisso de viabilizar com o governo do estado a aquisição de pelo menos 100 ônibus elétricos para modernizar e dar qualidade e conforto à população durante o período de obras do metrô.

A Rede Metroferroviária da Região Metropolitana do Recife possui 71,4 km de trilhos, cinco linhas e 37 estações, que transportam entre 160 mil e 180 mil passageiros por dia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025

CNI PEDE À JUSTIÇA DO PARÁ INGRESSO EM AÇÃO SOBRE LEILÃO DA MARGEM EQUATORIAL

Confederação solicita participação em processo do Ministério Público Federal que questiona a licitação de blocos para exploração de petróleo

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Para a CNI, o eventual bloqueio da exploração de petróleo na Margem Equatorial teria impactos que extrapolariam a região diretamente envolvida, afetando o país como um todo

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) protocolou pedido na Justiça Federal do Pará para ingressar, na condição de amicus curiae, em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal que questiona o leilão de blocos destinados à exploração de petróleo na Margem Equatorial. A região é apontada por estudos técnicos como uma das novas fronteiras energéticas do país.

O pedido foi apresentado na terça-feira (16) à 9ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Justiça Federal do Pará. Na manifestação, a entidade sustenta que decisões administrativas baseadas em critérios técnicos e amparadas juridicamente devem prevalecer sobre avaliações genéricas em temas considerados altamente especializados.

De acordo com a CNI, o Poder Judiciário deve atuar com deferência em relação às decisões técnicas da administração pública, intervindo apenas em situações de ausência manifesta de razoabilidade ou de ilegalidade evidente. “Como forma de garantir a segurança jurídica, é preciso que o Poder Judiciário atue, nos limites da sua capacidade institucional, com deferência em relação às decisões técnicas da administração pública, e só interfira ou revise atos administrativos em uma situação de ostensiva ausência de razoabilidade, ou a flagrante ilegalidade do que foi objeto de decisão administrativa”, afirma o diretor Jurídico da CNI, Alexandre Vitorino, em declaração reproduzida na peça.

Na argumentação apresentada ao Judiciário, a confederação afirma que a exploração de petróleo na Margem Equatorial deve ser compreendida não apenas como uma atividade econômica, mas como um fator associado ao desenvolvimento nacional e à justiça social. Segundo a entidade, o eventual bloqueio da atividade teria impactos que extrapolariam a região diretamente envolvida, afetando o país como um todo.

A CNI sustenta que a limitação à exploração impediria o acesso a recursos considerados essenciais para enfrentar déficits históricos na implementação de direitos sociais, além de comprometer o financiamento da transição energética e a busca por soluções inovadoras para os desafios impostos pelas mudanças climáticas. A entidade também afirma que não existem comunidades indígenas diretamente afetadas nas áreas que foram objeto do leilão.

Na petição, a Confederação contesta o entendimento de que a exploração de petróleo na Margem Equatorial seria incompatível com os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil. “É imperioso refutar a tese de que a exploração de petróleo na Margem Equatorial seria antagônica aos compromissos climáticos do Brasil. Ao contrário, a doutrina econômica moderna e o planejamento estratégico estatal indicam que não há tecnologia acessível e escalável para uma transição energética imediata. O setor de petróleo e gás faz parte das possíveis soluções, não há dúvidas”, registra o documento apresentado pela entidade.

Para reforçar seus argumentos, a CNI reúne na ação dados econômicos que, segundo a Confederação, demonstram a relevância da Margem Equatorial para o desenvolvimento regional e nacional. Entre os números citados, a entidade aponta que, a cada R\$ 1 produzido pela indústria, são gerados R\$ 2,44 na economia, e que o setor industrial responde por uma contribuição de R\$ 2,41 trilhões à economia brasileira.

Estudos técnicos mencionados na peça estimam a existência de reservas recuperáveis da ordem de 10 bilhões de barris de óleo equivalente na Margem Equatorial. A Confederação destaca que o principal bloco localizado na Bacia da Foz do Amazonas pode alcançar, isoladamente, 5,6 bilhões de barris recuperáveis, volume comparável às descobertas recentes realizadas na Guiana e no Suriname, estimadas em 11 bilhões e 4 bilhões de barris, respectivamente.

Contribuições

Com base nesses dados, a CNI afirma que a produção de petróleo na região pode contribuir para o fortalecimento da segurança energética do país, além de viabilizar recursos associados à transição para uma economia de menor emissão de carbono. “Não há dúvidas de que a produção de petróleo na região viabilizará recursos que poderão melhorar a segurança energética do Brasil, abrir caminhos de transição para a economia verde e a descarbonização e, principalmente, promover avanços sociais e na infraestrutura dos estados que compõem a Margem Equatorial”, pontua a entidade.

A Confederação informa ainda que, por meio do Observatório Nacional da Indústria, elaborou um estudo acompanhado de simulador econômico para estimar os impactos econômicos e sociais da produção de petróleo na Margem Equatorial brasileira. De acordo com esse levantamento, a atividade teria potencial para gerar 326.049 novos empregos formais.

O mesmo estudo projeta que a extração de petróleo na região poderia acrescentar R\$ 65 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional e elevar a arrecadação em R\$ 3,87 bilhões em tributos indiretos, segundo os parâmetros adotados pela Confederação.

A Margem Equatorial Brasileira abrange uma extensa faixa do litoral que envolve seis estados das regiões Norte e Nordeste: Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. A área é formada por cinco bacias sedimentares — Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Barreirinhas, Ceará e Potiguar — e é apontada por estudos técnicos como uma das principais áreas com potencial para novas descobertas de petróleo no país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 18/12/2025



JORNAL O GLOBO – RJ

MASTER: OS RECADOS DO PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL AO MINISTRO DIAS TOFFOLI

Por Malu Gaspar



Gabriel Galipolo na sede do Banco Central — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

Na entrevista coletiva de final de ano concedida nesta quinta-feira na sede do Banco Central (BC), o presidente da instituição, Gabriel Galípolo, aproveitou uma pergunta sobre o Banco Master para mandar um recado ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao ministro Dias Toffoli, que avocou para si o inquérito sobre o caso e decretou sigilo total.

Na última quarta (17), Toffoli deu à Polícia Federal (PF) 30 dias para fazer as oitivas do caso, sempre sob o acompanhamento dos juízes auxiliares de seu gabinete. Os depoimentos ainda não foram marcados, mas há uma tensão nos bastidores do BC entre os técnicos sobre a possibilidade de serem chamados a depor.

Conforme já publicamos, esses mesmos técnicos informaram aos investigadores do Ministério Público Federal e da PF que nunca tinham sofrido tanta pressão política em favor de um único banco como no caso do Master. Com a notícia de que Toffoli ordenou as oitivas, vários deles passaram a temer que os depoimentos sirvam como uma forma de intimidação — até porque no BC a confiança na disposição do ministro para fazer a investigação avançar é praticamente nula.

Galípolo, porém, tem tentado articular com o Supremo para que seja ele o único representante do BC a ser ouvido no inquérito. Daí porque, durante a entrevista, depois de dizer que o BC está à disposição do STF, ele emendou: “Eu em especial, como presidente do Banco Central, estou à disposição pra ir lá prestar todo tipo de suporte e apoio ao processo de investigação.”

Outro trecho da fala encaixada propositalmente na resposta de Galípolo foi o trecho em que ele diz que todas as movimentações no caso estão registradas.

“Documentamos tudo. Cada uma das ações que foram feitas, cada uma das reuniões, cada uma das trocas de mensagens, cada uma das comunicações, tudo isso está devidamente documentado”.

A ideia, de acordo com fontes que discutiram isso internamente com a cúpula do banco, foi mostrar que o BC se blindou das pressões registrando todos os movimentos, não só dos técnicos mas também de outros interessados no caso do Master — especialmente os políticos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/12/2025

LULA DIZ QUE NÃO QUER DISCUTIR FISCAL, MAS AJUSTE NAS CONTAS PÚBLICAS É INEVITÁVEL EM 2026

Por Míriam Leitão



Presidente Lula em última reunião ministerial de 2025 na Granja do Torto em Brasília — Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

Na reunião ministerial de ontem, o presidente Lula mandou um recado para a equipe econômica: ele disse que não vai ser candidato à

reeleição para discutir novos cortes no orçamento ou déficit fiscal.

A questão é que há um consenso entre especialistas de diferentes correntes da economia de que o próximo mandato presidencial, qualquer que seja o presidente eleito, terá de começar fazendo um ajuste nas contas públicas. E isso não necessariamente porque o governo Lula tenha sido gastador e governos de direita controlem gastos, como sustenta uma fantasia recorrente no mercado financeiro.

Na verdade, não há nenhuma garantia de que um governo de direita seja, de fato, austero. Não há essa experiência no Brasil. O governo passado enfrentou circunstâncias excepcionais, como a pandemia, que exigiram aumento de gastos. Ainda assim, as medidas de ajuste adotadas não foram sustentáveis. Congelar salários de servidores indefinidamente não é sustentável. Não conceder reajustes ao salário mínimo também não é.

Além disso, não foram feitas as grandes reformas necessárias. A reforma da Previdência teve muitas concessões aos militares, uma espécie de contrarreforma. Quando se analisa o governo Bolsonaro, não se sustenta a ideia de austeridade fiscal. Houve, por exemplo, um aporte de R\$ 10 bilhões na Emgeprom, uma estatal militar, com recursos diretamente do orçamento público.

O governo Lula, por sua vez, recebeu um orçamento bastante desequilibrado. No primeiro ano, precisou aumentar gastos para tornar o orçamento de 2023 viável. Quando se compara o déficit primário atual com o de governos anteriores, há uma redução.

No governo passado houve despesas acima do teto de gastos. Até que o teto caiu. O novo arcabouço fiscal também mantém várias despesas fora das regras. Isso acaba minando a credibilidade de qualquer limite fiscal, seja teto, meta ou arcabouço.

Por isso, é inevitável que o próximo governo precise analisar as contas públicas e propor medidas estruturais de controle de gastos. O presidente afirmou que não quer fazer isso porque deseja manter uma agenda voltada a ampliar a correlação de forças com partidos e dirigentes que queiram ajudar a população mais pobre.

Mas só se ajuda a população mais pobre com inflação baixa. E inflação baixa exige controle de gastos. Não é possível manter inflação baixa com descontrole fiscal. O equilíbrio das contas públicas e políticas sociais não são objetivos opostos. A experiência brasileira já mostrou isso.

A fala do presidente foi no sentido de dizer que não precisa discutir todo mês déficit fiscal e corte de orçamento. Mas o país precisa de mais equilíbrio nas contas públicas. A dívida pública está elevada e cresceu ainda mais com um longo período de juros altos, o que torna esse tema central para o próximo governo, seja ele qual for.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 18/12/2025

Galípolo diz que não há 'portas fechadas' sobre juros e reforça estratégia de mistério

PRESIDENTE DO BC DISSE QUE O COPOM NÃO DEU "SETAS" PARA OS PRÓXIMOS PASSOS PORQUE DECISÕES AINDA NÃO FORAM TOMADAS E DEPENDE DA EVOLUÇÃO DOS DADOS

Por Fabio Graner e Thaís Barcellos — Brasília



O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, em sessão solene na Câmara — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou nesta quinta-feira que "não há portas fechadas" para as definições sobre juros nas próximas reuniões. Tanto ele, como o diretor de Política Econômica, Diogo Guillen, evitaram se amarrar com sinalizações e

deixaram claro, de forma reiterada, que estão dependentes dos dados para definir os próximos passos para a taxa Selic.

Nesta quinta-feira, o presidente Lula voltou a criticar a autonomia do Banco Central, e disse que Galípolo vai prestar um grande serviço se baixar a taxa básica de juros, a Selic. Ele afirmou sentir um "cheiro" de que os juros vão começar a cair no país.

Tem havido uma divisão entre analistas do mercado financeiro, mas também de fora, sobre se o BC já dará algum passo inicial de corte de juros em janeiro ou se isso ficará para março. Galípolo indicou que essa divisão espelha a intenção da comunicação, que é não sinalizar o próximo passo.

— Está se tentando achar uma dica para um texto que não dá dica. Nós não decidimos o que a gente vai fazer na reunião de janeiro, nem na reunião de março, nós não tomamos a decisão em dezembro. Nós não decidimos ainda o que vamos fazer. Entendemos que hoje o custo-benefício é mais vantajoso não tomar essa decisão agora. Não tem seta nem porta fechada para todas as próximas reuniões — disse Galípolo.

Os dois representantes do BC também tentaram escapar da discussão sobre se a inflação rodando em 3,2% e 3,1% no cenário para 2027 significaria já "ao redor da meta" de 3%. Guillen apontou que não se deve ter uma visão "mecanicista" e que o BC não olha só um dado, como a projeção de inflação, que é sujeita a uma série de incertezas, especialmente em prazos mais longos.

Críticas da Fazenda

Questionado sobre as queixas do ministério da Fazenda sobre o impacto dos juros na dívida, Galípolo evitou um confronto direto, mas destacou que boa parte do custo do endividamento público é nas taxas de longo prazo, que refletem também uma percepção de risco maior dos investidores.

O presidente do BC também evitou dar sinais sobre intervenções no mercado de câmbio em um período de maior volatilidade por conta da saída de dividendos maior que o normal e pela instabilidade política. Segundo ele, a atuação do BC ocorre se houver "disfuncionalidades" no mercado, o que até o momento não tem sido o caso.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 18/12/2025

AGRICULTORES PROTESTAM EM BRUXELAS CONTRA ACORDO UE-MERCOSUL; VEJA VÍDEO

Dez mil manifestantes eram esperados para protestar no bairro europeu da capital belga, onde o tratado de livre comércio será um dos temas centrais da cúpula que acontece no Parlamento Europeu

Por AFP — Bruxelas



Protesto de produtores agrícolas contra o acordo UE-Mercosul perto do Parlamento Europeu — Foto: Nicolas Tucat/AFP

Centenas de tratores se dirigiram a Bruxelas nesta quinta-feira em uma demonstração da indignação dos agricultores com o acordo comercial planejado pela UE com o bloco sul-americano Mercosul — cujo destino permanecia indefinido quando as negociações da cúpula da UE começaram na capital belga.

— Estamos aqui para dizer não ao Mercosul — disse o

produtor de leite belga Maxime Mabille. — É como se a Europa tivesse se tornado uma ditadura — afirmou, acusando a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, de tentar “impor o acordo à força”.

O lobby agrícola Copa-Cogeca afirmou que 10 mil manifestantes eram esperados para protestar no bairro europeu da capital, onde o acordo com o Mercosul pairava como tema central sobre uma cúpula da UE voltada ao financiamento do esforço de guerra da Ucrânia.

Mais de 150 tratores congestionaram as ruas do centro de Bruxelas na manhã desta quinta-feira, com a expectativa de que muitos outros se juntassem ao protesto.



Agricultores protestam em frente a tratores perto do Parlamento Europeu, em Bruxelas, contra o acordo entre União Europeia e Mercosul — Foto: Nicolas Tucat/AFP

Os agricultores, especialmente na França, temem que o acordo com o Mercosul os coloque em desvantagem diante da entrada de produtos mais baratos do gigante agrícola Brasil e de seus vizinhos.

Os planos da presidente da Comissão Europeia de viajar ao Brasil neste fim de semana para assinar o acordo foram colocados em risco na quarta-feira, depois que a Itália se juntou à também influente França na defesa de um adiamento.

Ao chegar para as negociações da cúpula desta quinta-feira, von der Leyen disse que ainda esperava um acordo.

— É de enorme importância que obtenhamos o sinal verde para o Mercosul e que possamos concluir as assinaturas — afirmou a chefe da UE — que manteve o que classificou como uma reunião “boa e produtiva” com uma delegação de agricultores europeus para ouvir suas preocupações.

Força para barrar o acordo

O pacto UE-Mercosul criaria a maior área de livre-comércio do mundo e ajudaria a UE a exportar mais veículos, máquinas, vinhos e bebidas destiladas para a América Latina, em um momento de tensões no comércio global. Mas os agricultores afirmam que o acordo também facilitaria a entrada na Europa de carne bovina, açúcar, arroz, mel e soja produzidos por concorrentes sul-americanos com menos regulamentação.

Paris e Roma vêm pedindo cláusulas de salvaguarda mais robustas, controles de importação mais rigorosos e padrões mais exigentes para os produtores do Mercosul.

O presidente Emmanuel Macron advertiu, ao chegar a Bruxelas, que a França não apoiará o acordo sem salvaguardas mais fortes para seus agricultores.



— Quero dizer aos nossos agricultores, que vêm deixando a posição da França clara o tempo todo: consideramos que ainda não chegamos lá, e o acordo não pode ser assinado — na forma atual, disse Macron a jornalistas.

O presidente da França, Emmanuel Macron, à espera da reunião do Conselho Europeu que vai discutir o acordo UE-Mercosul — Foto: JOHN THYS / AFP

Ele prometeu que a França se oporá a qualquer “tentativa de impor isso à força”.

A Alemanha, potência-chave, assim como a Espanha e os países nórdicos, apoia fortemente o pacto com o Mercosul, ansiosos por impulsionar as exportações enquanto a Europa enfrenta a concorrência chinesa e um governo na Casa Branca propenso a tarifas.

— Se a União Europeia quiser permanecer credível na política comercial global, então decisões precisam ser tomadas agora — disse o chanceler alemão Friedrich Merz a jornalistas em Bruxelas.

Mas, com Paris, Itália, Hungria e Polônia na oposição, os críticos do acordo agora teriam força suficiente dentro do Conselho Europeu para derrubar o pacto, caso ele fosse submetido a votação.

A reviravolta de última hora entre os europeus provocou uma dura repreensão na quarta-feira do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, que disse a seus parceiros da UE que a hora de fechar o acordo era agora ou nunca.

Consequências: O que é o acordo UE-Mercosul e quando terá impacto na economia brasileira? Os agricultores europeus também estão indignados com os planos apresentados pela Comissão Europeia para reformular os volumosos subsídios agrícolas do bloco de 27 países, temendo que menos recursos sejam destinados a eles.

— Nossa mensagem é bastante simples: estamos protestando desde 2024 na França, na Bélgica e em outros lugares — disse Florian Poncelet, do sindicato agrícola belga FJA. — Gostaríamos de finalmente ser ouvidos — afirmou.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 18/12/2025

COMO DEVE FICAR NOVA FORMAÇÃO DA EQUIPE ECONÔMICA COM A POSSÍVEL SAÍDA DE FERNANDO HADDAD

Ministro da Fazenda se prepara para deixar o posto para integrar a campanha de Lula
Por Jeniffer Gularce e Thaís Barcellos — Brasília



Fernando Haddad, Dario Durigan e Rogério Cerón — Foto: Diogo Zacarias/MF

A saída do ministro Fernando Haddad da Fazenda, dada como certa para o começo do ano que vem, deve provocar uma dança das cadeiras na equipe econômica do governo. O titular da pasta deve sair para participar da campanha à reeleição de Lula, embora o PT ainda deseje vê-lo como candidato em São Paulo.

A provável promoção do atual número 2 da pasta, Dario Durigan, ao comando do ministério deve alçar outro integrante da equipe de Haddad à secretaria executiva: Rogério Cerón, que hoje lidera o Tesouro Nacional.

Cerón é um dos principais responsáveis pelo arcabouço fiscal, a principal regra de gestão das contas públicas do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O arcabouço substituiu o teto de gastos, permitindo um crescimento real das despesas de até 2,5% por ano — o teto limita a expansão à inflação do ano anterior. Além disso, retomou as captações externas dos títulos da dívida pública e criou os green bonds, títulos destinados ao desenvolvimento sustentável.

Assim como Durigan, o atual secretário do Tesouro tem relação de longa data com o ministro. Auditor fiscal do município de São Paulo, Cerón participou da gestão de Haddad na prefeitura

paulistana com diferentes cargos, começando como subsecretário do Tesouro e terminando como secretário de Finanças.

Além de Durigan e Ceron, devem ficar na Fazenda os secretários da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, e o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello. Barreirinhas é procurador do município de São Paulo e também participou da gestão Haddad na prefeitura. Mello é professor da Unicamp.

Por outro lado, o secretário de reformas econômicas, Marcos Pinto, vai deixar a pasta após entregas importantes projetos, dentre eles a ampliação da isenção do Imposto de Renda. Ainda não há definição sobre o seu sucessor, mas foi feita a defesa por um nome da equipe atual.

O chefe de gabinete de Haddad na Fazenda, Laió Correia, encerrará seu período na pasta junto com ele. Houve ainda a dissolução da secretaria especial de Reforma Tributária, que era comandada por Bernard Appy, após a mudança nos impostos sobre o consumo virar lei.

No pós-Copom: Secretário da Fazenda diz que dívida sobe por conta do juro e não da política fiscal
Em entrevista ao GLOBO na última semana, o ministro da Fazenda afirmou que conversou com Lula sobre seus planos para 2026. Haddad revelou que falou para o presidente que não pretende ser candidato no ano que vem, mas que gostaria de colaborar com a campanha à reeleição do petista. Lula, por sua vez, nas palavras do ministro, teve uma reação "muito amigável" e disse que iria respeitar qualquer decisão do chefe da equipe econômica.

O PT, no entanto, insiste para que Haddad concorra a um cargo majoritário na eleição de São Paulo.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 18/12/2025

CORREIOS: CONSELHO DA ESTATAL APROVA EMPRÉSTIMO DE R\$ 12 BI. VEJA O QUE AINDA FALTA PARA O SOCORRO FINANCEIRO

Operação requer aval do Tesouro. Com estatal em crise, TST tenta acordo para contornar greve por benefícios como 'vale-peru'

Por Thaís Barcellos e Geralda Doca — Brasília



Agência dos Correios no Rio: estatal vive sua maior crise financeira — Foto: Júlia Aguiar/Agência O Globo

O Conselho de Administração dos Correios aprovou ontem o empréstimo de R\$ 12 bilhões negociado pela estatal com um grupo de cinco bancos. O fechamento da operação, contudo, ainda depende de vários passos da direção da empresa, que vive sua maior crise financeira.

Confira a seguir as etapas que ainda precisam ser vencidas para que a estatal em apuros consiga o socorro financeiro bilionário:

1. A empresa precisa finalizar um detalhado plano de reestruturação capaz de dar sustentabilidade financeira às suas operações.
2. Com base nesse plano, a Secretaria do Tesouro Nacional, subordinada ao Ministério da Fazenda, vai decidir se concede garantia da União ao empréstimo, o que ainda está em fase de análise. Se a estatal der um calote lá na frente, o governo fica com a dívida junto aos bancos.

3. De posse da garantia do Tesouro, os Correios precisam fechar os detalhes da contratação do financiamento proposto pelos bancos Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

A expectativa é que o Tesouro Nacional aprove rapidamente o aval da União à operação, porque as negociações com os bancos foram conduzidas de forma conjunta. Mas o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já afirmou que o aval do Tesouro só vira com um plano de reestruturação consistente.

Perguntado ontem se a operação pode ser autorizada até amanhã, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad disse que é possível:

— É pouco tempo, mas estamos trabalhando há algumas semanas nisso.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo

A proposta feita pelas instituições prevê prazo de pagamento de 15 anos, com três anos de carência e juros equivalentes a 115% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao ano, taxa de referência de empréstimos diários entre os bancos e próxima à Selic.

O socorro aos Correios é condicionado a um plano de reestruturação da estatal com medidas de corte de gastos e aumento de receitas para que a estatal volte a ter lucro em 2027.

A estratégia é desligar 15 mil funcionários, sendo 10 mil em 2026 e 5 mil em 2027, via plano de demissão voluntária (PDV), e fechar 1 mil unidades. Do lado da receita, estão previstas parcerias com o setor privado para ampliar o leque de serviços prestados.

Na penúltima rodada, o pool de bancos, formado por Citibank, BTG Pactual, ABC Brasil, Banco do Brasil e Safra propôs juros equivalentes a 136% do CDI para conceder um empréstimo de R\$ 20 bilhões. A proposta foi aprovada pelo Conselho de Administração, mas recusada pelo Tesouro, justamente por superar o padrão normalmente observado, de 120% do CDI, para operações com aval da União.

Enquanto tenta equacionar as contas e superar a crise, sindicatos de trabalhadores dos Correios deflagraram greve após um impasse por benefícios, como o vale-peru. Os sindicalistas querem que a estatal pague, via vale-refeição/alimentação, valor extra de R\$ 2.500 em duas parcelas. Já a direção dos Correios argumenta que não pode arcar com o custo, devido à crise financeira.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) tenta fazer a conciliação entre as partes. Ontem, o vice-presidente do TST, ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, determinou que federações representativas da categoria convoquem assembleias para deliberar sobre uma proposta de acordo.

A decisão obriga os dirigentes sindicais a publicarem nos sites oficiais a íntegra da proposta, no prazo de 24 horas.

A proposta prevê reajuste salarial pela inflação e preserva a maior parte das cláusulas do acordo vigente, com exceção do vale-peru.

No despacho, o ministro marcou nova audiência para 26 de dezembro, para discutir o resultado da votação das assembleias sobre assinatura do novo acordo coletivo ou continuidade das negociações.

O ministro afirma, no texto, que o objetivo da mediação é “prevenir o acirramento de ânimos e viabilizar uma solução consensual que preserve a continuidade dos serviços públicos”. A proposta de acordo prevê recomposição salarial em 5,13%, a contar de janeiro de 2026. A partir de agosto de 2026, propõe aplicação de 100% do INPC, referente ao período de agosto de 2025 a julho de 2026. A validade do acordo seria de dois anos.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 18/12/2025

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CONSÓRIO BRK/ACCIONA E PATRIA VENCEM LEILÃO DE SANEAMENTO EM PE; ARRECADAÇÃO CHEGA A R\$ 4,2 BI

Os dois blocos concedidos totalizam ainda cerca de R\$ 19 bilhões em investimentos ao longo dos 35 anos de contrato

Por *Elisa Calmon (Broadcast)*

Por outorgas (concessões) em dois blocos de saneamento leiloados na manhã desta quinta-feira, 18, o governo de Pernambuco arrecadou cerca de R\$ 4,2 bilhões. Pelo maior lote, o consórcio composto por BRK e Acciona ofertou R\$ 3,5 bilhões. Pelo primeiro lote, o Patria desembolsou R\$ 720 milhões, marcando sua estreia no setor de saneamento. Os leilões ocorreram na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo.

No primeiro leilão, o Patria arrematou a microrregião Sertão, composta por 24 municípios de Pernambuco. Por meio do fundo Infraestrutura BR v Saneamento Holding II, ofertou desconto máximo de 5% sobre a tarifa. A outorga de R\$ 720 milhões representa um ágio de 727% ante o valor mínimo de R\$ 87 milhões estipulado em edital.

A gestora desbancou a Aegea e a VPE Participações, da Cymi. A empresa foi incorporada em 2021 pelo grupo francês de infraestrutura Vinci.



Os leilões ocorreram na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo Foto: Cauê Diniz/B3

Já a BRK e Acciona não enfrentaram concorrência pelo Bloco 2, formado pela microrregião RMR-Pajeú, que conta com 150 municípios, incluindo a capital Recife, além do distrito de Fernando de Noronha. As companhias ofertaram desconto máximo de 5% sobre a tarifa e uma outorga de R\$ 3,5 bilhões, ágio de 60%.

Os dois blocos totalizam ainda cerca de R\$ 19 bilhões em investimentos ao longo dos 35 anos de contrato. Do montante total, cerca de R\$ 15,4 bilhões serão destinados ao bloco RMR-Pajeú e R\$ 2,938 bilhões para o lote do Sertão. Estão previstos também R\$ 773 milhões em obras de produção.

Uma das principais premissas da concessão é a universalização dos serviços de saneamento. Com isso, o projeto determina a ampliação do acesso à água para 99% da população e à rede de esgoto para 90% até 2033, além da redução das perdas de água em até 25%. Atualmente, Pernambuco tem cerca de 87% de água e 34% de esgoto, enquanto as perdas são de 48%, segundo dados fornecidos na apresentação do projeto.

‘O setor não é novo para nós’

A conquista do Bloco 1 dos serviços de água e esgoto de Pernambuco marcou a estreia do Patria no setor de saneamento. Contudo, a gestora vem avaliando o segmento há mais de uma década, segundo o sócio do Patria, Thiago Bronzi.

“Apesar de ser nossa estreia no saneamento, o setor não é novo para nós. Acompanhamos esse mercado desde 2015 e estudamos esse projeto por mais de um ano”, afirmou.

Além da forte demanda por capital, o projeto traz desafios operacionais, principalmente diante das metas de universalização dos serviços enquanto Pernambuco registra baixos índices de cobertura. “É uma região com muitas particularidades e desafios, mas isso está refletido na forma como estruturamos o investimento”, disse.

Em relação ao financiamento, o sócio do Patria afirmou que o investimento de curto prazo já está assegurado. Segundo ele, a gestora já conta com o necessário para a fase inicial do projeto e avalia que há ampla oferta de alternativas para o financiamento de longo prazo, dada a maturidade do setor de saneamento junto ao mercado de capitais e ao sistema bancário.

Após a vitória no leilão, Bronzi reforçou que o Patria seguirá ativo na busca por novas oportunidades em infraestrutura. “Temos capacidade e apetite para buscar mais ativos”, disse, mas sem detalhar quais projetos ou setores estão sendo acompanhados mais de perto.

O Patria tem ampliado sua participação no setor de infraestrutura nos últimos anos, com destaque para o setor de rodovias. Em meados de outubro, anunciou o fechamento da captação de seu quinto fundo especializado em aportes em projetos de infraestrutura, o Patria Infraestrutura V. Foram R\$ 15,4 bilhões (ou cerca de US\$ 2,9 bilhões), no que se tornou o maior fundo para o setor já criado na América Latina.

‘Único caminho possível para a universalização’

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSD), afirmou que a concessão dos serviços de saneamento representa o único caminho possível para garantir a universalização do acesso à água e ao tratamento de esgoto. Ela destacou que os dois blocos leiloados nesta quinta-feira, 18, viabilizarão cerca de R\$ 19 bilhões em investimentos.

“Temos a convicção de que esse é o melhor caminho e o único que temos para garantir a universalização do acesso à água e ao tratamento de esgoto”, disse a governadora, ao lembrar que, em janeiro de 2023, Pernambuco enfrentou um grave racionamento, quando cerca de 2 milhões de pessoas ficaram sem acesso à água.

Ainda segundo Raquel, o Estado chegou a estruturar investimentos públicos entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões, já em execução ou em fase de licitação, mas a necessidade total para universalização era de cerca de R\$ 35 bilhões. “Como fazer isso sem buscar um caminho diferente, sem abrir o mercado para que parceiros privados viessem nos apoiar como concessionários?”, reforçou.

Dos R\$ 4,2 bilhões arrecadados em outorga, R\$ 1,4 bilhão será distribuído entre os municípios, com destinação prioritária para infraestrutura hídrica. Outra parte ficará com o Estado e será direcionada a investimentos em segurança hídrica. “Isso permite que a água chegue até onde os concessionários passam a exercer o contrato”, explicou.

Metrô de Recife

Ao comentar os próximos passos da agenda de concessões, a governadora disse que o Estado de Pernambuco avançou nesta semana na assinatura de um acordo de cooperação técnica com o governo federal para estruturar a concessão do metrô do Recife.

O projeto prevê aportes de cerca de R\$ 4 bilhões da União e pelo menos outros R\$ 4 bilhões da iniciativa privada, com consultas públicas previstas para 2026 e início dos investimentos mais robustos a partir de 2027.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 18/12/2025

ENQUANTO FOR PRESIDENTE, NÃO TEM PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS, DIZ LULA

Em meio a prejuízos bilionários, Lula destaca a necessidade de mudanças na gestão dos Correios e descarta a venda da estatal, mas considera parcerias e fechamento de agências

Por Gabriel de Sousa (Broadcast), Gabriel Hirabahasi (Broadcast), Victor Ohana (Broadcast) e Mateus Maia (Broadcast)

BRASÍLIA — O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou, nesta quinta-feira, 18, que, enquanto for presidente, não vai privatizar os Correios. Ele afirmou não ter interesse em ter uma estatal deficitária, mas que, no máximo, poderia discutir parcerias com a iniciativa privada ou transformação em companhia de economia mista. As declarações ocorreram durante uma conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, em Brasília.

“Eu não tenho interesse em ter uma empresa estatal dando prejuízo. Até porque não acho que o povo brasileiro, que não tem nada a ver com aquela estatal, tem de ficar pagando prejuízo”, disse.

E completou: “Enquanto eu for presidente não tem privatização. O que pode ter é a construção de parceria com empresas. Sei que tem empresas italianas querendo vir aqui discutir com os Correios”.



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante entrevista coletiva realizada na manhã desta quinta-feira, 18, no Palácio do Planalto, em Brasília Foto: WILTON JUNIOR/ESTADÃO

A estatal acumula prejuízo de R\$ 6,05 bilhões de janeiro a setembro deste ano e a empresa busca recursos para conseguir reequilibrar as contas. Desde 2022, o prejuízo da estatal chega a R\$ 10 bilhões.

Lula afirmou que lamenta profundamente a crise nos Correios e que, por isso, mudou a gestão da empresa.

Afirmou que vai fazer qualquer mudança necessária para melhorar a estatal, até fechar agências, por exemplo.

“Nós não podemos ter uma empresa pública, por mais importante que ela seja, dando prejuízo. Eu sempre digo que uma empresa pública não precisa ser a rainha do lucro, mas ela não pode ser a rainha do prejuízo. Ela tem de se equilibrar”, afirmou.

E continuou: “Nós vamos tomar as medidas que tiver de tomar, mudar todos os cargos que tiver de mudar, e a pessoa que está lá vai indicar as pessoas que tiverem competência para girar os Correios”.

O presidente declarou ainda que a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, já sabe que tem a missão de entregar os Correios recuperados e que há tempo para isso.

Segundo ele, a estatal reclamou da taxa das blusinhas, que isso teria custado R\$ 1 bilhão à companhia, mas que o problema era gestão equivocada. Ele afirmou ainda que os Correios poderiam fazer parcerias com outras empresas ou se tornar de economia mista, mas descartou privatizações.

No início do mês, o Tesouro Nacional reprovou um empréstimo de R\$ 20 bilhões, valor inicialmente pleiteado pela estatal, depois que cinco bancos cobraram juros de 136% do CDI na operação. O órgão entendeu que os juros teriam de ficar dentro do teto de 120% do CDI estabelecido pelo Comitê de Garantias do Tesouro.

Na última terça-feira, 16, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que os Correios já enviaram uma nova proposta de empréstimo ao governo. A estatal busca um empréstimo com garantia da União para conseguir se reestruturar e voltar a registrar lucro em 2027, conforme meta estipulada pelo novo presidente, Emmanoel Schmidt Rondon.

Segundo apurou o Estadão/Broadcast, Caixa, Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander devem participar do negócio. Questionado sobre se o empréstimo será no valor de R\$ 12 bilhões como tem circulado, Haddad respondeu: "Pode chegar a isso".

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 18/12/2025

EXPORTAÇÕES DO BRASIL A SÓCIOS DO MERCOSUL SOMAM US\$ 23,8 BI EM 11 MESES, ALTA DE 30%

A expansão em relação ao mesmo período de 2024 decorre, sobretudo, do aumento nas exportações para a Argentina, diz documento distribuído pelo governo às vésperas da 67ª Cúpula

Por Caroline Aragaki (Broadcast)

ENVIADA ESPECIAL A FOZ DO IGUAÇU - As exportações do Brasil para sócios do Mercosul somaram US\$ 23,8 bilhões de janeiro a novembro de 2025, alta de 30% em relação ao mesmo período de 2024, sobretudo em decorrência do aumento nas exportações para a Argentina. A informação consta em documento distribuído pela Secretaria de Comunicação Social (Secom) à imprensa, às vésperas da 67ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, que será realizada em Foz do Iguaçu (Paraná) no próximo sábado, 20.

Já as importações dos sócios do Mercosul para o Brasil totalizaram US\$ 16,9 bilhões nos 11 primeiros meses de 2025, queda de 4,1% ante igual período de 2024.



Desde a criação do Mercosul, as trocas comerciais dentro do bloco se multiplicaram mais de dez vezes, evoluindo de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 49 bilhões em 2024, destaca o governo em documento

Foto: Tiago Queiroz/Estadão

No mesmo documento, consta que as trocas comerciais dentro do bloco se multiplicaram mais de dez vezes desde sua criação, evoluindo de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 49 bilhões em 2024, apesar de representar uma ligeira queda de 1,6% em relação a 2023.

A Secom também divulgou que o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem a expectativa de que o Mercosul assine dois memorandos de entendimento, um com a Organização Latino-Americana e Caribenha de Energia (IOLACDE) e outro com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) durante a reunião do Grupo Mercado Comum, que começou na quarta-feira, 17, e deve acabar nesta quinta-feira, 18.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 18/12/2025

SALDO DE TRANSAÇÕES DO BRASIL COM O EXTERIOR TENDE A SER O MAIS NEGATIVO DESDE 2014, PROJETA BC

O Banco Central revisou a sua projeção de déficit nas chamadas transações correntes do Brasil em 2025, de US\$ 70 bilhões para US\$ 76 bilhões

Por Cícero Cotrim (Broadcast), Célia Froufe (Broadcast) e Marianna Gualter (Broadcast)

BRASÍLIA - O Banco Central aumentou a sua projeção, para 2025, de déficit em transações correntes do Brasil — um balanço das trocas econômicas com o resto do mundo, incluindo exportações, importações e investimentos —, de US\$ 70 bilhões para US\$ 76 bilhões. Se o resultado se concretizar, será o maior saldo negativo para um ano desde 2014. Os números fazem parte do Relatório de Política Monetária (RPM) do quarto trimestre, divulgados nesta quinta-feira, 18.

As transações correntes abrangem transações de bens, serviços, rendas e transferências correntes entre residentes e não residentes no País. Para 2026, o relatório cita o possível impacto da antecipação de dividendos remetidos ao Exterior (antecipação prevista pelo mercado como efeito da entrada em vigor de tributação para parte de dividendos, compensatória à isenção para Imposto de Renda de quem ganha até R\$ 5 mil).

“O déficit nas transações correntes deve mostrar algum alívio em 2026, com expectativa de crescimento das exportações e estabilidade das importações ante 2025”, afirma o BC.

A estimativa para 2026 também aumentou, de um déficit de US\$ 58 bilhões para US\$ 60 bilhões.



As projeções do Banco Central indicam que o déficit em transações correntes não deve ser financiado pela entrada de Investimento Direto no País (IDP) em 2025 Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil

A autarquia afirma que os riscos para o cenário se mantêm elevados, em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos, “com reflexos nas condições financeiras globais, e das incertezas associadas às disputas no comércio internacional”.

Em 2025, o BC revisou de US\$ 54 bilhões para US\$ 52 bilhões as suas estimativas para o superávit comercial; de US\$ 73 bilhões para US\$ 80 bilhões, para o déficit na conta de renda primária (valores relativos ao processo produtivo, como salários, juros, dividendos, aluguéis e tributos); manteve em US\$ 53 bilhões a projeção de saldo negativo na conta de serviços e aumentou de US\$ 5 bilhões para US\$ 10 bilhões a estimativa para o investimento em carteira.

Para o ano que vem, a expectativa de superávit comercial passou de US\$ 61 bilhões para US\$ 64 bilhões. O BC também revisou o déficit previsto para a conta de renda primária (US\$ 72 bilhões para US\$ 78 bilhões) e manteve o esperado para a conta de serviços (US\$ 51 bilhões) e para investimento em carteira (US\$ 5 bilhões).

As projeções do Banco Central indicam que o déficit em transações correntes não deve ser financiado pela entrada de Investimento Direto no País (IDP) em 2025, embora a diferença fique apertada. O BC aumentou a projeção de entrada de US\$ 70 bilhões em IDP este ano para US\$ 75 bilhões — US\$ 1 bilhão a menos que a nova estimativa de rombo de US\$ 76 bilhões na conta corrente.

Antecipações de distribuições de dividendos

“Como risco à projeção se destaca a perspectiva de antecipações de distribuições de dividendos, visto que o aumento das remessas de lucros de empresas com investimento direto estrangeiro reduz a rubrica de lucros reinvestidos”, pondera o BC.

Em 2026, a expectativa para as entradas líquidas de IDP permaneceu em US\$ 70 bilhões, voltando a financiar integralmente o déficit nas transações correntes, previsto em US\$ 60 bilhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 18/12/2025

GOVERNO PROPÕE PROJETO PARA MEXER EM ORÇAMENTO, ONGS E ESTATAIS E CRIAR MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO

Proposta, em contraponto à reforma administrativa, será entregue nesta quinta-feira, 18; o 'Estadão' teve acesso ao texto

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA — O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu o projeto da nova lei para a gestão pública, que visa substituir o decreto-lei de 1967. A proposta, obtida pelo Estadão, funciona como um contraponto à reforma administrativa parada no Congresso, abranda regras de punição a servidores, facilita parcerias com ONGs e cria a figura do "ministro extraordinário".



O governo Lula vai propor uma nova lei para a gestão pública (na foto, a Esplanada dos Ministérios, em Brasília) Foto: Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

O texto será entregue nesta quinta-feira, 18, por uma comissão de especialistas externos formada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e pela Advocacia-Geral da União (AGU). O objetivo é modernizar a máquina pública com foco em "valor público" e diversidade, evitando o choque direto com a

elite do funcionalismo.

O projeto será apresentado como um contraponto à reforma administrativa, protocolada na Câmara dos Deputados, que não recebeu apoio do governo e enfrenta resistência de servidores, sindicatos e lobbies da elite do funcionalismo público.

O projeto não promove corte de gastos nem revisão direta de despesas, mas impõe que todos os procedimentos sejam avaliados e monitorados, incluindo os programas e recursos do Orçamento.

O projeto atualiza alguns principais gerais para a administração pública, como gestão de políticas públicas voltadas à solução de problemas da sociedade, transparência, eficiência, participação social e transformação digital.

Conforme a proposta, o poder público deverá adotar medidas para aumentar a diversidade nos ministérios, incluindo sistemas de cotas, bônus e metas para correção de desigualdades, além de processos seletivos que valorizem a diversidade de experiências e perspectivas.

O grupo descartou mudanças nos chamados "restos a pagar" que ressolveriam uma "bola de neve" de recursos não gastos no Orçamento, e a criação de dois novos tipos de estatais que estavam sendo debatidos internamente.

Veja os principais pontos:

Ministro extraordinário

O projeto coloca a figura do ministro extraordinário oficialmente na legislação, como o governo fez quando nomeou Paulo Pimenta para uma secretaria extraordinária de socorro à tragédia climática no Rio Grande do Sul no ano passado.

Segundo o texto, os ministros extraordinários serão vinculados à Presidência da República, terão atuação delimitada por missão específica e duração certa. O ministério deverá funcionar por dois anos, prorrogáveis uma vez, o que no limite deixa o órgão funcionando em um mandato inteiro.

Repasses para ONGs

A proposta facilita as parcerias formais do governo e o repasse de recursos com organizações da sociedade civil. O Executivo adotará “procedimentos simplificados e proporcionais aos recursos envolvidos e à complexidade do objeto”, mas sem abrir mão de transparência, controle e responsabilização.

Hoje, o governo já repassa recursos para ONGs, mas a ideia é que essas parcerias sejam mais fixas e estruturadas. O governo Lula aumentou os repasses para organizações não governamentais no último ano, como o Estadão mostrou.

As transferências para Estados e municípios, por sua vez, deveriam ter equidade na distribuição, considerando indicadores socioeconômicos e desigualdades regionais, alinhamento com prioridades estratégicas nacionais e ocorrer proporcionalidade às necessidades.

Orçamento de médio prazo

O governo adotaria um Orçamento de médio prazo para aumentar o planejamento dos gastos da União. Ao enviar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para o Congresso, seria obrigatório estimar não só as despesas do ano seguinte, mas os gastos de três anos posteriores, procedimento adotado recentemente pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.

Além disso, o poder público deveria fazer com que todas as leis orçamentárias obedecessem a um plano ou estratégia nacional de longo prazo. O governo deverá adotar uma articulação entre o Plano Plurianual (válido por quatro anos), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (que traz as regras para o Orçamento de cada ano) e a Lei Orçamentária Anual (que fixa as despesas de um ano).

A proposta é mais uma tentativa de aumentar o grau de realismo e planejamento do Orçamento da União. As políticas públicas deveriam ser submetidas a processos de monitoramento e avaliação e as despesas do governo, constantemente avaliadas.

A medida autorizaria ainda o governo a adotar um Orçamento com duração maior do que um ano, além das leis orçamentárias já existentes — a redação anterior falava em Orçamento trianual, mas isso não ficou delimitado.

Uma obra prioritária, por exemplo, seria colocada no Plano Plurianual (PPA), entraria em um Orçamento com duração de dois a três anos e também no Orçamento anual, facilitando o acompanhamento e garantindo a distribuição de recursos suficientes.

Estatais

A comissão de especialistas decidiu colocar no projeto um novo modelo de governança para as estatais, mas descartou incluir no texto a criação de dois novos tipos de empresas públicas.

O grupo avaliava a criação de fundações estatais autônomas e estatais de regime híbrido, que seriam um meio-termo entre uma estatal tradicional e uma organização sem fins lucrativos, mas isso não ficou no texto.

As estatais continuariam com autonomia de gestão, mas passariam por supervisão ministerial do governo, que deveria orientar os administradores das companhias e avaliar o desempenho das estatais.

As empresas deveriam trabalhar para a geração de valor público e de resultados efetivos para a sociedade, além de atuar com responsabilidade social e ambiental e garantir ampla transparência de informações financeiras, operacionais e socioambientais relevantes.

O projeto também avança com o contrato de gestão das estatais, como condição para que as companhias recebam recursos do Tesouro Nacional. Esse instrumento foi usado recentemente para tirar a Telebras do Orçamento da União, como revelou o Estadão — manobra questionada por especialistas por diminuir a transparência sobre os gastos e abrir espaço fiscal para o governo.

Responsabilização de agentes públicos

A proposta também flexibiliza as punições para agentes públicos. Servidores só seriam responsabilizados por falhas e desvios se comprovado “dolo ou erro grosseiro na conduta”, ou seja, a intenção deliberada.

Além disso deveriam ser considerados o dano causado, os antecedentes funcionais, o contexto operacional e as limitações de recursos. O projeto livra de punição agentes públicos que tenham agido de “boa-fé”.

Transição de governo

O projeto formaliza um processo de transição governamental entre uma eleição e outra. A transição garantiria a continuidade administrativa.

O governo que sai deveria transferir informações sobre políticas, programas, projetos em andamento, estado das finanças públicas e os compromissos assumidos ao governo que entra, garantindo a continuidade dos serviços essenciais e protegendo o patrimônio público.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 18/12/2025

SENADO APROVA REDUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS E MAIOR TRIBUTAÇÃO DE BETS E FINTECHS; VEJA O QUE MUDA

O projeto que corta linearmente os benefícios tributários do governo garante cerca de R\$ 22,45 bi para o Orçamento de 2026 e é necessário para a própria votação da Lei Orçamentária Anual

Por Flávia Said (Broadcast) e Naomi Matsui (Broadcast)

BRASÍLIA - O Senado aprovou, na noite desta quarta-feira, 17, por 62 a 6 votos, o texto principal do Projeto de Lei Complementar (PLP) 128/2025, que reduz benefícios fiscais em 10%, recuperando ainda pontos da chamada “taxação BBB” (bancos, bets e bilionários).

Os senadores chegaram a analisar um destaque, mas esse trecho separado foi rejeitado e o projeto acabou aprovado sem mudanças de mérito e, por isso, segue para sanção presidencial, sem ter de voltar à Câmara.



O projeto que corta linearmente os benefícios tributários do governo garante cerca de R\$ 22,45 bilhões para os Orçamento de 2026 e é necessário para a própria votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) do ano que vem. Sua aprovação é tratada como prioridade para este fim de ano pelo Ministério da Fazenda.

Como relator, o senador Randolfe Rodrigues manteve o texto aprovado na Câmara Foto: Edilson Rodrigues/Agência Senado

Qual é o impacto previsto

A nova lei deve gerar uma arrecadação extra de R\$ 22,45 bilhões em 2026, superando a meta de R\$ 20 bilhões necessária para o superávit primário. Veja o que muda em cada setor:

1. Bets

A tributação sobre as bets subirá de 12% para 15%, de forma escalonada até 2028.

A regra: O governo reduzirá a fatia que as empresas podem reter para custeio (hoje em 88%).

Escalonamento: A retenção cairá para 87% em 2026, 86% em 2027 e 85% em 2028. A diferença irá para a Seguridade Social.

Crime: O texto também pune quem divulgar casas de apostas ilegais no País.

2. Fintechs

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para fintech, que hoje é de 9%, vai subir consideravelmente:

2026 e 2027: Sobe para 12%.

A partir de 2028: Sobe para 15%.

Para outras instituições financeiras (crédito e financiamento): a taxa sobe para 17,5% (até 2027) e 20% (a partir de 2028).

3. Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Investidores que recebem proventos de empresas via JCP pagarão mais Imposto de Renda. A alíquota na fonte subirá de 15% para 17,5%.

O JCP é uma forma das empresas distribuírem lucro aos acionistas pagando menos imposto corporativo. O partido Novo tentou derrubar esse aumento, mas foi derrotado por 286 a 116.

Corte de Benefícios Fiscais

O texto impõe um corte linear de 10% em diversos benefícios tributários federais (PIS/Cofins, IPI e CSLL, entre outros).

Prazo de validade: Novos benefícios terão validade máxima de 5 anos.

Teto: Fica proibido criar novos incentivos se o total de renúncias fiscais ultrapassar 2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Exceção: No regime de Lucro Presumido, o corte só atinge empresas com receita bruta acima de R\$ 5 milhões (o teto anterior era R\$ 1,2 milhão).

Segundo o relator, o corte nos benefícios é a maior fonte de receita do pacote, respondendo por R\$ 17,5 bilhões do total arrecadado.

Quais foram as emendas rejeitadas

O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) havia lido seu parecer no início da noite, no plenário, e mantido o texto tal como saiu da Câmara, rejeitando todas as emendas apresentadas que alterariam o mérito e acatando apenas duas emendas de redação.

As emendas que alterariam o conteúdo tinham o objetivo de excluir setores específicos, preservar regimes tributários diferenciados ou alterar dispositivos estruturantes do texto aprovado pela Câmara.

“Opino pela rejeição de todas as emendas, a fim de preservar a integridade do texto principal e assegurar a plena consecução dos objetivos fiscais e institucionais da proposição”, diz o relatório de Randolfe. “Com vistas a conferir maior clareza, precisão normativa e aprimoramento da técnica legislativa, apresentam-se emendas de redação, sem alteração do conteúdo material do projeto”, completa.

A primeira emenda alterava o art. 1º do texto, para deixar claro que os incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia tratados são aqueles concedidos “exclusivamente” no âmbito da União.

A segunda emenda redacional mudava o art. 12, para estabelecer que o disposto na futura lei relativo aos requisitos para prorrogação de benefício que acarrete renúncia tributária não se aplique a eventual prorrogação “de deduções” do sistema de Tributação em Bases Universais (TBU).

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 18/12/2025

TRECHO 1 DO RODOANEL NORTE SERÁ ABERTO DIA 23 JÁ COM COBRANÇA DE PEDÁGIO FREE FLOW

Obras começaram há mais de uma década e ficaram 6 anos paradas; trecho final está previsto para o segundo semestre de 2026

Por José Maria Tomazela

Depois de 13 anos do início das obras, o primeiro trecho do Rodoanel Norte será liberado ao tráfego na próxima terça-feira, 23. O trecho de 24 km vai ligar a rodovia Fernão Dias à Presidente Dutra, interligando-se com o trecho Leste do próprio Rodoanel, na altura da rodovia Ayrton Senna.

O segundo trecho do Rodoanel Norte, que fará a interligação com o trecho Oeste, na altura da Rodovia dos Bandeirantes, tem previsão de entrega para o segundo semestre de 2026. A obra toda vai custar R\$ 3,4 bilhões, dos quais R\$ 2 bilhões são investimento da concessionária Via Appia.

Pedágio

Na segunda-feira, 22, está prevista uma solenidade de inauguração, com a presença de Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo, mas a estrada só será liberada para os veículos na manhã seguinte. O trecho, que vai do km 129 ao km 153, terá dois pórticos eletrônicos do sistema free flow (um em cada sentido) para cobrança de pedágio, o chamado Siga Fácil Sem Parar. A cobrança já começa na terça. As tarifas devem ser divulgadas nesta sexta-feira, 19, pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo.



O trecho que será inaugurado tem vias de três a quatro faixas, quatro túneis (duas estruturas de ida e volta), o maior deles com extensão de 940 metros, além de pontes e viadutos. Os 24 km são segregados, ou seja, só há entradas e saídas ao final do percurso. Quem pega o Rodoanel na altura da Dutra, vai sair na Fernão Dias. No sentido oposto, o motorista pode pegar a Dutra na altura de Arujá ou seguir pelo trecho Leste do Rodoanel, sentido Imigrantes.

Novo trecho do Rodoanel Norte será aberto ao tráfego já com cobrança de pedágio pelo sistema free flow **Foto:** Appia/Divulgação

Velocidade máxima

Os carros vão poder rodar a até 100 km/h, já a velocidade máxima para veículos pesados será de 80 km/h.

Localização dos pórticos

Os dois pórticos estão localizados em Guarulhos:

- km 135+120 (sentido externo/Fernão Dias)
- km 135+140 (sentido interno/Dutra)



Planejamento do novo trecho do Rodoanel Norte Foto: Appia/Divulgação

Como vai funcionar o pedágio

- O veículo passa livremente pelo pórtico, sem precisar parar ou reduzir a velocidade.
- Câmeras, sensores e antenas realizam a identificação do veículo pela placa ou pela tag, para todos os tipos de veículos, inclusive a quantidade de eixos.
- A tarifa é registrada de forma digital e pode ser paga automaticamente pela tag ou posteriormente, por meio dos canais oficiais, inclusive de forma presencial.
- O motorista terá até 30 dias, contados a partir da data da passagem pelo pórtico, para efetuar o pagamento da tarifa.
- Motoristas que utilizam tag têm 5% de desconto na tarifa. A cobrança é automática, com o valor debitado diretamente na fatura da operadora contratada.
- Para quem não possui tag, será possível consultar e realizar o pagamento pelos canais oficiais oferecidos pela concessionária (portal de pagamentos e base do Serviço de Atendimento ao Usuário, localizado no km 135 do Rodoanel Norte) e pelo site do Siga Fácil (www.sigafacil.sp.gov.br).
- A tarifa se aplica a todos os tipos de veículos, inclusive motocicletas.
- O não pagamento da tarifa caracteriza evasão de pedágio, infração grave, sujeita a multa de R\$ 195,23 e 5 pontos na CNH.

Obra interrompida por seis anos

O trecho norte do Rodoanel foi iniciado em 2013, mas a obra sofreu várias interrupções e foi totalmente paralisada em 2018. Na época, a obra foi alvo de investigação após denúncias de corrupção e superfaturamento. Em março de 2023, a Via Appia venceu licitação para continuar a obra. Os trabalhos só foram retomados em abril de 2024 pela nova concessionária.

Com 44 km de extensão, o trecho é o último a ser construído e vai completar a interligação de todo o grande anel viário que circunda a capital paulista. Com a conclusão, no segundo semestre de 2026,

serão interligados o trecho sul e o leste, fechando o anel viário de 176 quilômetros cuja construção começou em 1998.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 18/12/2025



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

VENEZUELA AUTORIZA PARTIDA DE NAVIOS SUPERPETROLEIROS À CHINA, DIZEM FONTES

Os dois navios não constam na lista de embarcações sob sanções por parte do governo dos EUA

Por Valor, com Reuters — São Paulo

A Venezuela autorizou nesta quinta-feira a partida de dois navios superpetroleiros (VLCCs) em direção à China, segundo informações dadas por fontes anônimas, ligadas ao setor de petróleo e gás venezuelano, à agência Reuters.

Os dois navios não constam na lista de embarcações sob sanções por parte do governo dos Estados Unidos.

Nesta semana, o presidente americano, Donald Trump, determinou que todos os petroleiros alvo de sanções do país serão interceptados pelas forças americanas caso naveguem em águas internacionais.

Cada um dos superpetroleiros que seguem em direção à China carrega cerca de 1,9 milhão de barris de petróleo Merey, conforme dados da empresa estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA).

Uma das fontes mencionou à Reuters que as embarcações navegarão com seus respectivos transponders [dispositivo análogo ao GPS] desligados.

Recentemente, o presidente americano tem aumentado a pressão sobre o setor de petróleo da Venezuela. Na última semana, as forças dos EUA apreenderam o navio petroleiro sancionado "Skipper" nas proximidades do litoral venezuelano.

Na quarta-feira, o site americano Axios relatou que Washington tem monitorado pelo menos 18 navios petroleiros na Venezuela. Essas embarcações estão sujeitas à sanções e serão apreendidas caso naveguem em águas internacionais, conforme o Axios.

Outras embarcações têm desviado o curso para evitar os portos venezuelanos. Pelo menos cinco navios que constavam no itinerário da PDVSA fizeram essa mudança de rota ao longo da última semana, segundo informações da mídia internacional.

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 18/12/2025

EUA IMPÕEM SANÇÕES A 29 EMBARCAÇÕES ACUSADAS DE TRANSPORTAR PETRÓLEO IRANIANO

Segundo o Departamento do Tesouro dos EUA, as embarcações e empresas sancionadas movimentaram milhões de dólares em petróleo e derivados por meio de práticas de navegação enganosas

Por Reuters — Washington



Segundo comunicado de John Hurley, subsecretário do Tesouro americano, o departamento continuará a "privar o regime iraniano da receita do petróleo que ele utiliza para financiar seus programas militares e de armamentos" — Foto: Al Drago/Bloomberg

Os Estados Unidos anunciaram nesta quinta-feira (18) sanções contra 29 navios e as empresas que os administram, em uma ação voltada contra a chamada "frota clandestina" do Irã, acusada por Washington de escoar petróleo e produtos derivados iranianos.

Segundo o Departamento do Tesouro dos EUA, as embarcações e empresas sancionadas movimentaram milhões de dólares em petróleo e derivados por meio de práticas de navegação enganosas.

A chamada "frota clandestina" é composta por navios que transportam petróleo sob sanções, geralmente embarcações antigas, de propriedade pouco clara e que operam sem o seguro de alto nível exigido para cumprir os padrões internacionais adotados por grandes empresas do setor e por muitos portos.

O Tesouro continuará a "privar o regime da receita do petróleo que ele utiliza para financiar seus programas militares e de armamentos", afirmou, em comunicado, John Hurley, subsecretário do departamento para terrorismo e inteligência financeira.

A missão do Irã junto às Nações Unidas não respondeu a um pedido de comentário.

Os Estados Unidos dizem impor sanções ao Irã por causa de seu programa nuclear e de seu apoio a grupos militantes em todo o Oriente Médio. O Irã afirma que seu programa nuclear tem fins civis.

As tensões entre Teerã e Washington aumentaram depois que os dois países realizaram cinco rodadas de negociações nucleares indiretas, que terminaram com uma guerra aérea de 12 dias em junho, na qual Israel e os EUA bombardearam instalações nucleares iranianas.

Empresário egípcio é um dos alvos da ação

A ação anunciada nesta quinta-feira também tem como alvo o empresário egípcio Hatem Elsaïd Farid Ibrahim Sakr, cujas empresas estão associadas a sete das embarcações citadas, além de várias companhias de navegação.

Neste mês, os EUA também tomaram medidas adicionais contra um navio que transportava petróleo venezuelano, originalmente sancionado por Washington por transportar petróleo iraniano. Em 10 de dezembro, os EUA apreenderam, ao largo da costa da Venezuela, um navio-tanque conhecido como Skipper, que levava petróleo bruto do país sul-americano, numa ação que elevou fortemente as tensões entre Washington e Caracas.

O governo do ex-presidente Joe Biden havia imposto sanções ao petroleiro em 2022, pelo seu envolvimento no comércio de petróleo iraniano, quando a embarcação se chamava Adisa.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/12/2025

PRIVATIZAÇÃO DA COPASA ESTÁ PREVISTA PARA MARÇO DE 2026, SEGUNDO FONTES

Pessoas a par do tema afirmam que, muito provavelmente, venda do controle será feita por meio de oferta de ações; Estado também planeja ficar com participação pequena

Por Taís Hirata e Fernanda Guimarães, Valor — São Paulo



Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) — Foto: Divulgação/Copasa

Com a aprovação da lei que autoriza a privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), o governo de Minas Gerais prevê realizar a operação em março, segundo fontes. A modelagem deverá ser definida já em janeiro.

Pessoas a par do tema afirmam que, muito provavelmente, a venda do controle será feita por meio de uma oferta de ações, tal como no caso da Sabesp, porém, com ajustes.

Fontes afirmam, ainda, que o objetivo central é maximizar o valor recebido e fazer um desenho com mais competição do que no caso da companhia paulista, que ao final acabou atraindo ao processo apenas uma empresa, a Equatorial.

Uma fonte próxima na operação disse que o objetivo é fazer com que o desenho para a privatização seja mais flexível e “com menos amarras” para atrair mais competidores. A empresa já contratou o BTG Pactual como assessor financeiro, mas outros bancos devem ser mandatados caso se confirme o caminho da desestatização via uma oferta subsequente.

Participação do Estado

O Estado também planeja ficar com uma participação pequena após a venda das ações. A avaliação é que, como as ações da Copasa já tiveram um aumento significativo desde que a privatização começou a avançar de fato, o governo já conseguirá capturar a valorização na oferta. Apesar disso, um dos objetivos é que a oferta demonstre que a operação de fato gerou valor.

Entre pessoas que acompanham as discussões, ainda há dúvidas sobre o modelo final. Parte das fontes avalia que hoje a maior chance é que o governo opte por selecionar um sócio estratégico para a Copasa, assim como foi feito em Sabesp.

Uma pessoa a par do tema diz que esse acionista poderá ter entre 25% e 35% das ações e regras que garantam controle do ativo. Nesse modelo, haveria ainda previsão de outros 10% de free float na oferta.

Porém, fontes próximas ao tema afirmam que a possibilidade de uma pulverização, com formação de “corporation”, tampouco está descartada. Foi esse modelo de privatização escolhido na Eletrobras e na Copel. Se essa for a escolha, a oferta de ações seguirá o modelo tradicional, se buscando demanda no mercado, e o preço a ser fechado será definido a partir dessa coleta de intenções de investimento.

Eleições presidenciais

Como 2026 será um ano de eleições presidenciais, a previsão é que as ofertas de ações se concentrem no primeiro semestre de forma a se fugir da volatilidade esperada para a segunda metade do ano. Dessa forma, existe uma corrida para que todo o processo ocorra ao longo do primeiro semestre do ano.

O setor de saneamento tem sido um da bolsa que mais tem atraído o investidor estrangeiro, dado o alto potencial de crescimento. BRK e Aegea, por exemplo, já estão com bancos contratados no intuito de realizarem uma oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês).

Fonte: *Valor Econômico - SP*

Data: 18/12/2025

STF: MINISTRO HOMOLOGA ACORDO BILIONÁRIO ENTRE BNDES, AÇOPART E MASSA FALIDA DA COFAVI

Envolvidos pediram a instalação de uma mesa de conciliação, o que foi acolhido pelo ministro Gilmar Mendes

Por Tiago Angelo e Beatriz Olivon, Valor — Brasília



Ministro Gilmar Mendes em Sessão plenária do STF
— Foto: Ton Molina/STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes homologou o acordo firmado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Açopart e a massa falida da Companhia Ferro de Vitória (Cofavi). O acordo encerra uma disputa indenizatória que se arrastava há mais de 30 anos no Judiciário. A decisão foi pautada para referendo da 2ª Turma do STF, em sessão extraordinária do Plenário Virtual, com início às 11h dessa quinta-feira e término

na sexta-feira.

Pelos termos do acordo, o BNDES pagará R\$ 1,1 bilhão à Açopart e à massa falida da Cofavi. Em contrapartida, serão encerradas todas as discussões jurídicas relacionadas à ação indenizatória, bem como eventuais incidentes ou recursos dela decorrentes. Estimativas das partes indicavam que, sem a conciliação, o valor da indenização poderia alcançar aproximadamente R\$ 8 bilhões, correspondentes ao montante previsto na ação de indenização deduzido do montante previsto nas ações de execuções.

O litígio teve início em 1995, com ação de indenização proposta pela Duferco, posteriormente sucedida pela Açopart, contra o BNDES, por causa de supostos prejuízos decorrentes da privatização da Cofavi. Paralelamente, tramitaram duas execuções ajuizadas pelo BNDES contra a Cofavi, decorrentes de contratos de financiamento e de reescalonamento de dívidas.

O conflito ficou mais complexo a partir da decretação da falência da companhia, em 1996. Durante a tramitação do tema no STF (RE 1054160), os envolvidos solicitaram a instalação de uma mesa de conciliação, proposta acolhida pelo ministro Gilmar Mendes. Ao longo de oito meses, as tratativas resultaram na redução do valor da indenização devida pelo BNDES, com economia aos cofres públicos e garantia de pagamento aos credores.

Na decisão, o decano afirma que, como resultado do acordo, tem-se não apenas a extinção dos processos, mas sobretudo ganhos para as partes que litigavam há anos, com a extinção de dívidas e recebimento de créditos, sobretudo para a massa falida, que vai promover o pagamento de mais de 60% do quadro geral de credores. Os valores deverão ser destinados ao pagamento de trabalhadores, entes públicos e demais credores.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 18/12/2025

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PORTOS DA REGIÃO NORTE MOVIMENTAM 12,6 MILHÕES DE TONELADAS EM OUTUBRO, ALTA ACIMA DE 30%

Da Redação Portos e logística 18/12/2025 - 17:31



Os portos da região Norte movimentaram 12,6 milhões de toneladas de cargas em outubro de 2025 e registraram aumento de 31,46% em relação ao mesmo mês de 2024, informou nesta quinta-feira (18) o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), com base em dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O Porto de Vila do Conde, no Pará, registrou o maior volume movimentado, com 1,8 milhão de toneladas. Já Santarém, no mesmo estado, alcançou 1 milhão de toneladas movimentadas no período.

Segundo a pasta, o resultado foi impulsionado principalmente pela navegação interior, que movimentou 7,4 milhões de toneladas e cresceu 25,28%. Já na cabotagem foi registrada alta de 26,71%, com 872 mil toneladas movimentadas, com destaque para o transporte de contêineres, que teve crescimento de 128%.

No longo curso, o total movimentado alcançou 4,4 milhões de toneladas, com crescimento de 19,22%. O milho liderou, com 3,8 milhões de toneladas, seguido pela bauxita, com 1,9 milhão de toneladas, e pelos contêineres, com aproximadamente um milhão de toneladas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/12/2025

CDFMM PRIORIZA R\$ 3,8 BILHÕES PARA 25 NOVOS PROJETOS

Da Redação Indústria naval 18/12/2025 - 17:04



Prioridades concedidas na última reunião de 2025 incluem R\$ 1 bilhão para navegação interior e R\$ 616 milhões para barcaças e empuradores da Transpetro, que estão em processo de licitação

O Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM) aprovou 25 novos projetos que somam R\$ 3,8 bilhões em investimentos e reapresentou nove outros no valor de R\$ 1,2 bilhão. Durante a 61ª reunião ordinária realizada na última quarta-feira (17), foi aprovada prioridade de financiamento para a Mobile Port Logística e Navegação Ltda., que prevê a construção de 93 embarcações, sendo 86 balsas, dois rebocadores, quatro empuradores e uma estação de transbordo flutuante totalizando R\$ 1,07 bilhão em investimentos, com impacto direto na logística do Arco Norte.

Na última reunião de 2025, os conselheiros do FMM também aprovaram prioridade para o projeto da Transpetro para a construção de 36 embarcações de navegação interior. O valor, de R\$ 616 milhões, é relativo ao projeto de aquisição de 18 barcaças e 18 empuradores pela subsidiária de transporte e logística da Petrobras, que atualmente está em fase de licitação. A abertura dos envelopes ocorreu na última sexta-feira (12).

O Ministério de Portos e Aeroportos, gestor do FMM, informou que, no acumulado de 2025, o fundo setorial já alcança R\$ 32,1 bilhões em projetos aprovados, com 454 projetos e 48 obras entregues. Desse total, R\$ 453,6 milhões são destinados para reparo, docagem e modernização de embarcações. O MPor destacou que esse ano já foram contratados R\$ 7,3 bilhões do FMM, o maior volume dos últimos 13 anos.

Fundo Clima

O FMM também destinou R\$ 4,2 bilhões ao Fundo Clima (Ecolnvest), voltados à modernização de hidrovias e portos, ao apoio a comunidades ribeirinhas e à redução das emissões de carbono no setor aquaviário. Para o secretário nacional de hidrovias e navegação, Otto Luiz Burlier, a

descarbonização da navegação e da infraestrutura aquaviária é um eixo central da política pública. "Dirigir recursos para projetos mais eficientes, com menor impacto ambiental e forte integração com a bioeconomia, especialmente na Amazônia, é fundamental para tornar o transporte aquaviário mais competitivo e sustentável", afirmou Burlier, em nota.

Agenda 2026

A próxima rodada de análise de projetos ocorrerá na 62ª reunião ordinária do CDFMM, marcada para 19 de março de 2026. As propostas poderão ser apresentadas até 19 de janeiro de 2026. A agenda do conselho tem outras três reuniões previstas para o ano que vem.

A 63ª reunião está marcada para 18 de junho, com prazo limite para recebimento de novos projetos no dia 4 de maio. A reunião seguinte (64ª) deve ocorrer em 24 de setembro, com novos projetos recebidos até 27 de julho. A 65ª reunião está prevista para 10 de dezembro, com 12 de outubro de prazo limite para recebimento de novos projetos.

O ministério ressalta que os projetos podem ser enviados em qualquer data, sendo o prazo limite a data máxima para submissão de modo a assegurar que sejam apreciados na reunião em questão. Após aprovação, os empreendimentos terão até 450 dias para formalizar a contratação do financiamento, prazo que pode ser reduzido para 180 dias em caso de prorrogação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/12/2025

TCP MOVIMENTA COMPONENTES DE GRANDES PROPORÇÕES PARA FÁBRICA DE CELULOSE

Da Redação Portos e logística 18/12/2025 - 17:31



A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá (PR), informou na última quarta-feira (17) que movimentou no mês de novembro 70 peças de grande porte que serão usadas na construção de uma fábrica de celulose da empresa Arauco na cidade de Inocência, no Mato Grosso do Sul. De acordo com a TCP, entre as estruturas movimentadas está uma, chamada separador de topo, com 10 metros de comprimento e peso superior a 62 toneladas.

Segundo a autoridade portuária, as cargas foram içadas pelo guindaste do navio, colocadas em carretas específicas para cargas extradimensionais e, na área de armazenagem, foram movimentadas por empilhadeiras de grande porte e um guindaste móvel da TCP com 40 metros de altura e capacidade para até 100 toneladas. Companhia informou que o recebimento das peças para a fábrica de celulose foi iniciado em agosto de 2025 e que a previsão é de que a importação das peças, vindas em sua maioria da Europa e da Ásia, continue até o fim de 2026.

Em dezembro, o separador de topo foi colocado em um caminhão de eixo com 40 metros de comprimento, que levará a peça até a cidade de Inocência, onde está sendo construída a primeira fábrica da Arauco no Brasil e que será a maior do mundo erguida em etapa única. Ela ocupará área de 3.500 hectares e terá capacidade para produzir, a partir do segundo semestre de 2026, 3,5 milhões de toneladas de celulose por ano.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 18/12/2025

PARANAGUÁ INVESTE R\$ 12 MILHÕES EM EQUIPAMENTOS PARA ELIMINAR PARTÍCULAS AÉREAS

Da Redação Portos e logística 17/12/2025 - 21:14



A Portos do Paraná vai investir R\$ 12,2 milhões para instalar no Corredor de Exportação Leste do Porto de Paranaguá (PR) quatro equipamentos, chamados de tubos telescópicos, para eliminar a emissão de partículas aéreas de grãos e farelos durante a movimentação. Eles serão acoplados à ponta do shiploader, usado para carregar navios, e têm capacidade de operação de até duas mil toneladas por hora. Esse corredor inclui os berços 212, 213 e 214 e por onde passa grande parte das cargas de granéis sólidos de exportação.

De acordo com a autoridade portuária, a instalação do primeiro foi iniciada na segunda-feira (15), para atender a recomendações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) visando reduzir a emissão de partículas suspensas durante os carregamentos. A companhia informou que a previsão é de que todos estejam em operação até fevereiro de 2026 e que o período de instalação será o mesmo de manutenção já programada pela Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá (Atexp).

Com os quatro em operação, serão melhoradas as condições ambientais e as condições de trabalho dos estivadores e arrumadores, que hoje convivem com as partículas. Além disso, os equipamentos permitirão reduzir o consumo de energia e aumentar a produtividade nas operações.

O gerente de manutenção geral da Portos do Paraná, Normando Marcondes, explicou que o tubo telescópico reduz o consumo elétrico porque usa menos motores. Segundo Marcondes, outra vantagem é que a manutenção é mais simples, já que os equipamentos não têm sistema de filtros, dispensando paradas para substituição.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 17/12/2025



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 18/12/2025